

III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte 2026-2029



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA DO POVO

AQUI O TRABALHO NÃO PARA

Segurança
Alimentar e
Nutricional



III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte 2026-2029

**Segurança
Alimentar e
Nutricional**



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA DO POVO

AQUI O TRABALHO NÃO PARA

Belo Horizonte
Dezembro de 2025

Álvaro Damião
Prefeito Municipal de Belo Horizonte

**Câmara Intersectorial de
Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-BH)**

Membros Componentes (conforme Decreto Municipal nº 15.970/2015)

Darklane Rodrigues Dias
Secretária Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Presidenta Coordenadora da Câmara Intersectorial de Segurança
Alimentar e Nutricional

André Abreu Reis
Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Luana de Lima Souza
Subsecretária de Assistência Social

Luana Magalhães de Araújo Cunha
Subsecretária de Direitos Humanos

Natália Raquel Ribeiro Araújo
Secretária Municipal de Educação

Danilo Borges Matias
Secretário Municipal de Saúde

João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Executiva do CAISAN-BH

Maycon da Cunha Netto
Secretário Executivo da Câmara Intersectorial
de Segurança Alimentar e Nutricional

Membros Convidados

Eduardo Cruvinel
Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte

Gelson Antônio Leite
Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

Eliane Denise Parreiras Oliveira
Secretaria Municipal de Cultura

Adriano Henrique Fontoura de Faria
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,
Trabalho e Relações Internacionais

Bernardo Rocha Correia
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Leandro César Pereira
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Bruno Leonardo Passeli
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

**Grupo de Assessoramento Técnico da Câmara Intersectorial
de Segurança Alimentar e Nutricional**

Ana Maria Caetano Pereira
Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Mariana Barboza Rocha
Luciana Cordeiro Duarte
Secretaria Municipal de Saúde

Nathália Abreu Mezzetti
Tatiane Cristine Silva de Almeida
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Leandra Cristina de Oliveira Costa
Olga Inah Inarê Aquino Ribeiro
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Laura Luiza Costa
Pâmela Mara Benevides Felício
Subsecretaria de Direitos Humanos

Douglas Alves
Jamil Amim Galuppo Mattar
Subsecretaria de Assistência Social

Bernadete Quirino Duarte Blaess
Elaine Salles da Costa
Secretaria Municipal de Educação

Fernanda Nobre Amaral Villani
Lauro Magalhães Fráguas
Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

José Geraldo Dolabela
Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte

Edilson Lima de Assis
Silvia Aparecida da Silva Soares
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Rosane de Magalhães Lopes Corgosinho
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,
Trabalho e Relações Internacionais

Anna Clara Noronha
Gabriela Teixeira
Secretaria Municipal de Política Urbana

Fabiano Antônio Sena Peres
Petter de Figueiredo Gontijo
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Camila Coeli Rocha Meireles
Jadison da Silva de Nantes
Secretaria Municipal de Cultura

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Fernando Flávio Fernandes Rangel de Souza
Presidente do Conselho - (titular) - HORIZONTES Cooperativa
Metropolitana de Agricultores e Beneficiadores Agroecológicos

Sezilmar Céu Trindade de Araújo
Vice-presidenta do Conselho (titular)
Centro de Educação Ambiental Mandembo

Gabriel Januzzi Sales (suplente)
Centro de Educação Ambiental Mandembo

Eduardo Mendes Bernardes Santos (suplente)
HORIZONTES - Cooperativa Metropolitana de Agricultores
e Beneficiadores Agroecológicos

Marilda Quintino Magalhães (titular)
Maria Conceição Renan de Menezes (suplente)
Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU)

André Marques Teixeira (titular)
Laura Barroso Gomes (suplente)
Rede Sisal: Circuitos de Comercialização Solidária da Agricultura
Familiar e Urbana

Priscila Rodrigues Araújo (titular)
Silvia Elizabeth Contreras Morales (suplente)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Maria Agostinha do Carmo Fernandes (titular)
Claudineia Rodrigues da Silva (suplente)
Associação Horizontes Agroecológicos

Silvana Maria de Assis (titular)
Neli de Souza Silva Medeiros (suplente)
Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos
do Barreiro e Região - COOPERSOLI

Rafael Coutinho Chagas Pereira (titular)
Rodolpho Cavanelas Mares (suplente)
Coletivo Lixo Zero BH

Maria de Fátima Nogueira (titular)
Joana Darc da Silva (suplente)
Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos
Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA

Rafael Roberto Fonseca da Silva (titular)
Egídia Maria de Almeida Aiexe (suplente)
Fórum da População de Rua de Belo Horizonte

Laudilene Fernanda Benevides (titular)
Lucilene Soares da Silva (suplente)
Associação Itamar para Promoção de Esportes
e Cultura na Favela

Benedita Dias dos Santos Souza (titular)
Maria Rita de Jesus (suplente)
Núcleo de Sem Casa Santíssima Trindade

Rairine Roza Nunes (titular)
Jandira Cristina Silva (suplente)
Conselho Regional de Serviço Social
de Minas Gerais - CRESS 6ª Região

Aline Cristine Souza Lopes (titular)
Eliane Beatriz Magalhães Silva (suplente)
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Melissa Luciana de Araújo (titular)
Lara Palhares Puliero (suplente)
AUÊ! Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - UFMG

Inácia Adelaide Schuchter (titular)
Denise Aparecida Honório Gonçalves (suplente)
Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE-BH

Aline Cardoso Araújo (titular)
José Abraham Tobelem (suplente)
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado
de Minas Gerais - EMATER-MG

Vereador Pedro Patrus (titular)
Vereador Bruno Pedralva (suplente)
Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH

Emanuelle Cardoso Zibral Santos (titular)
Luana Rosa de Oliveira Titonele (suplente)
Secretaria Municipal de Segurança Alimentar
e Nutricional - SMSAN

Maria do Carmo Ferreira da Silva (titular)
Ana Cristina Silva (titular)
Patrícia de Cássia Carvalho Campos (suplente)
Elisângela Pereira Mendes (suplente)
Secretaria Municipal de Assistência Social
e Direitos Humanos - SMASDH

Esther Silva Salvador de Oliveira (titular)
Suzana Seguro (suplente)
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA

Elaine Salles da Costa (titular)
Beatriz de Souza Fernandes Rodrigues (suplente)
Secretaria Municipal de Educação - SMED

Arimluz de Almeida Santos Machado (titular)
Luciana Cordeiro Duarte (suplente)
Secretaria Municipal de Saúde - SMSA

Projeto Editorial

Izabela Magalhães Viana
Alice Costa Chelotti
Assessoria de Comunicação Social da Secretaria
Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
ASCOM-SAN

Revisão Final

Darklane Rodrigues Dias

Secretária Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Presidenta Coordenadora da Câmara Intersetorial
de Segurança Alimentar e Nutricional

Élido Bonomo

Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal
de Segurança Alimentar e Nutricional

Ana Maria Caetano Pereira

Chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão da Informação
da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Alcione Lara Ascendino

Chefe da Assessoria de Comunicação Social da Secretaria
Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Maycon da Cunha Netto

Secretário Executivo da Câmara Intersetorial
de Segurança Alimentar e Nutricional



SUMÁRIO

1. Apresentação	19
2. Introdução	23
3. Metodologia de Elaboração do Plano	29
3.1. Levantamento de informações, elaboração do diagnóstico e identificação de ações	30
3.2. Elaboração e pactuação da matriz de programas, ações e metas, e metodologia de monitoramento	31
3.3. Apresentação dos produtos preliminares do processo de elaboração do III PLAMSAN e diálogo de pactuação com a Comissão de Orçamento e Monitoramento do COMUSAN-BH	32
3.4. Pactuação e Aprovação do PLAMSAN 2026-2029	33
4. Diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte	35
4.1. Retrato socioeconômico de Belo Horizonte no cenário pós-pandemia	35
4.1.1. Dinâmicas populacionais e do mercado de trabalho	35
4.1.2. Vulnerabilidade socioeconômica no Cadastro Único: o contexto nacional e o cenário de Belo Horizonte	40
4.2. A dimensão do acesso: insegurança alimentar e acesso econômico	44
4.2.1. A nova medida da fome: um panorama de múltiplas fontes	44
4.2.2. O custo de vida e o acesso econômico aos alimentos	53
4.3. A dimensão da disponibilidade: mapeando desertos e pântanos alimentares em Belo Horizonte	59
4.3.1. A dimensão climática: vulnerabilidades e riscos para o sistema alimentar de Belo Horizonte	61
4.4. A dimensão do consumo e da utilização biológica: a dupla carga da má nutrição	62
4.4.1. O perfil nutricional da população de Belo Horizonte	62
4.5. Síntese Diagnóstica: desafios estratégicos para o quadriênio 2026-2029	67

5. Metas e Ações do PLAMSAN 2026 - 2029	71
6. Visões de Futuro	89
7. Metodologia de Monitoramento	91
8. Anexos	95
9. Referências Bibliográficas	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmides etárias da população de Belo Horizonte em 1991, 2000, 2010 e 2022

Gráfico 2: População do município de Belo Horizonte por autodeclaração de cor/raça (Censo 2022)

Gráfico 3: Distribuição por sexo do responsável familiar no CadÚnico

Gráfico 4: Perfil da mulher chefe de família no CadÚnico de Belo Horizonte em 2024 por cor/raça

Gráfico 5: Perfil da mulher chefe de família no CadÚnico de Belo Horizonte em 2024 por nível de escolaridade

Gráfico 6: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (PNAD Contínua 2023)

Gráfico 7: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte - 2022 (II VIGISAN/Pesquisa Local)

Gráfico 8: Percentual da população em segurança e insegurança alimentar em Belo Horizonte, Minas Gerais e Brasil (PNAD-C, 3º Trimestre 2024)

Gráfico 9: Comparativo da Insegurança Alimentar (leve, moderada e grave) em Belo Horizonte, Minas e Brasil (PNAD-C 2024)

Gráfico 10: Insegurança Alimentar no Brasil por grupos prioritários (recorte de gênero e raça)

Gráfico 11: Custo da cesta básica em Belo Horizonte (série Histórica DIEESE)

Gráfico 12: Custo da cesta básica em Belo Horizonte em tempo de trabalho necessário

Gráfico 13: Evolução do IPCA e IPCA-Alimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Gráfico 14: Comparativo do salário mínimo vigente x salário mínimo necessário (DIEESE)

Gráfico 15: População de Belo Horizonte residente em áreas classificadas como Desertos Alimentares

Gráfico 16: População de Belo Horizonte residente em áreas classificadas como Pântanos Alimentares

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de Belo Horizonte por regional

Tabela 2: População de Belo Horizonte segundo faixa etária e sexo (Censo 2022)

Tabela 3: População do Brasil inscrita no Cadastro Único por faixa etária e sexo

Tabela 4: Evolução do Cadastro Único de Belo Horizonte (2022-2024): famílias em situação de pobreza e extrema pobreza

Tabela 5: População por situação de insegurança alimentar no domicílio nas capitais estaduais (IBGE 2023)

Tabela 6: Famílias em risco de Insegurança Alimentar Grave (CadINSAN) em municípios com mais de 100 mil famílias no CadÚnico (jan/2024)

Tabela 7: Famílias em risco de Insegurança Alimentar Grave por Unidade da Federação (CadINSAN, jan/2024)

Tabela 8: População brasileira sem condições de arcar com uma dieta saudável (SOFI/FAO)

Tabela 9: Custo diário de uma dieta saudável per capita em dólares (Paridade de Poder de Compra)

Tabela 10: Classificação do estado nutricional (Peso para a Idade) de crianças de 0 a 6 meses (SISVAN-BH, 2021-2024)

Tabela 11: Classificação do estado nutricional (Peso para a Idade) de crianças de 6 meses a 2 anos (SISVAN-BH, 2021-2024)

Tabela 12: Classificação do estado nutricional (Peso para a Idade) de crianças de 2 a 5 anos (SISVAN-BH, 2021-2024)

Tabela 13: Classificação do estado nutricional (Peso para a Idade) de crianças de 5 a 10 anos (SISVAN-BH, 2021-2024)

Tabela 14: Classificação do estado nutricional (IMC) de Adolescentes (SISVAN-BH, 2021-2024)

Tabela 15: Classificação do estado nutricional (IMC) de Adultos (SISVAN-BH, 2021-2024)

Tabela 16: Classificação do estado nutricional (IMC) de Idosos (SISVAN-BH, 2021-2024)

Tabela 17: Matriz de correlação entre Eixos da 5ª Conferência Municipal e Diretrizes da PNSAN (Anexo)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATÖES

ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

AEI - Atendimento Educacional Integrado

APLV - Alergia à Proteína do Leite de Vaca

AM - Aleitamento Materno

APS - Atenção Primária à Saúde

ASPG - Assessoria de Planejamento e Gestão da Informação

Belotur - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte

CadÚnico - Cadastro Único

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CadINSAN - Indicador de Risco de Insegurança Alimentar Municipal

CAPE - Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

CAFA - Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana

CAISAN - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAISAN-BH - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte

CEVAEs - Centros de Vivência Agroecológica

CEMAR - Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental

CLAS - Comissões Locais de Assistência Social

CM-AU - Cadastro Municipal de Agricultura Urbana

COMSAN - Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

COMUSAN-BH - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CORAS - Conselhos Regionais de Assistência Social

COVID-19 - Coronavirus Disease 2019

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CRESAN - Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional

DASA - Diretoria de Assistência Alimentar

DCNTs - Doenças Crônicas Não Transmissíveis

DFAU - Diretoria de Fomento à Agroecologia e à Agricultura Urbana

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DPEI - Diretoria da Pessoa Idosa

DPIR - Diretoria de Promoção da Igualdade Racial

EaD - Ensino à Distância

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EJA - Educação para Jovens Adultos

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

ESF - Estratégia Saúde da Família

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FECOPE - Feira Coberta do Padre Eustáquio

FECOSP - Feira Coberta do Bairro São Paulo

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPMZB - Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

GA - Grupo de Assessoramento

GCMA - Grupo de Controle e Monitoramento de Áreas

GEAPS - Gerência de Atenção Primária à Saúde

GENUT - Gerência de Nutrição

GFSAN - Gerência de Feiras de Segurança Alimentar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPAD - Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados

INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LOA - Lei Orçamentária Anual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MS - Ministério da Saúde

NASF-AB - Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organização da Sociedade Civil

OT-SAN - Orçamento Temático de Segurança Alimentar e Nutricional

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Comida na Mesa - Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial

PEP - Planejamento Estratégico e Participativo

PBF - Programa Bolsa Família

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PLAMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PMAE - Programa Municipal de Alimentação Escolar

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAD-C - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

PRODABEL - Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

PTS - Programa Territórios Sustentáveis

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

RMEBH - Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SARS-CoV-2 - Severe Acute Respiratory Syndrome 2

SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECAI - Secretaria Executiva da Caisan-BH

SECOM - Secretaria Executiva do COMUSAN-BH

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SLU - Superintendência de Limpeza Urbana

SMASDH - Secretaria Municipal Assistência Social e Direitos Humanos

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMDE - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Relações Internacionais

SMEL - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SMSA - Secretaria Municipal de Saúde

SMOBI - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

SMPOG - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

SMPU - Secretaria Municipal de Política Urbana

SMSAN - Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

SOF - Sistema Orçamentário e Financeiro

SPG - Sistema Participativo de Garantia

SUASS - Subsecretaria de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

SUDH - Subsecretaria de Direitos de Humanos

SUS - Sistema Único de Saúde

SUSAN - Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

SUTE - Subsecretaria de Trabalho e Emprego

TIGA - Temporada Internacional de Gastronomia e Alimentação de Belo Horizonte

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URBEL - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19

Vigitel - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico



Unidade Produtiva - Horta Comunitária Vila Pinho

1

Apresentação



A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Este acesso não é um privilégio, mas um direito. Reconhecido como Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e consagrado como direito social pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010, ele se tornou um dos pilares da cidadania brasileira. O dever do Estado em garantir este direito é instrumentalizado por marcos legais fundamentais, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e o Sistema Nacional de SAN (SISAN), que definem a arquitetura desta política pública no país.

A trajetória de Belo Horizonte com esta pauta, contudo, é singular. A gênese da política municipal data de 1993, com a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). Isso significa que a cidade começou a construir seu arcabouço de ações de combate à fome e promoção da SAN mais de uma década antes da própria institucionalização do tema em nível federal. É com a seriedade que este compromisso exige, que Belo Horizonte tem pautado sua história, construindo um legado de políticas públicas que não apenas serviram de referência, mas que também contribuíram ativamente para a formulação da política nacional que hoje nos orienta. Essa trajetória ininterrupta de pioneirismo e compromisso rendeu à cidade um notável reconhecimento ao longo dos anos.

Esse reconhecimento é reflexo de uma base sólida, celebrada em âmbito nacional, validando diferentes dimensões da Política Municipal de Segurança Alimentar (PMSAN) de Belo Horizonte. Em 2024, o município foi uma das duas únicas capitais a receber o Selo Betinho, um mérito concedido pela ONG Ação da Cidadania – fundada pelo sociólogo e ativista social Herbert de Souza, o Betinho – que monitora e avalia o desempenho das cidades brasileiras na agenda de combate à fome. A premiação atesta a robustez do conjunto destas políticas estruturantes, validando a força e a coerência dos trabalhos desempenhados. No ano seguinte, em 2025, Belo Horizonte teve a honra de ser a cidade anfitriã do III Encontro Nacional da Estratégia Alimenta Cidades, principal articulação do Governo Federal para garantir o acesso à alimentação adequada e saudável em áreas urbanas, especialmente nas periferias. O evento transformou o município em um polo nacional de debate, reunindo gestores, autoridades, especialistas e representantes da sociedade civil de todo o Brasil para compartilhar soluções e definir as agendas futuras do setor.

No mesmo ano, a solidez desta governança intersetorial foi chancelada com a 1ª Edição do Prêmio Brasil Sem Fome, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), na categoria "Bom Funcionamento das Instâncias do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)" Este prêmio reconheceu a excelência na gestão intersetorial e no funcionamento das instâncias de participação e controle social, como a CAISAN-BH e o COMUSAN-BH

Essa mesma solidez e capacidade de inovação projetam a política de Belo Horizonte também no cenário internacional:

No âmbito do Pacto de Milão sobre a Política de Alimentação Urbana (Milan Urban Food Policy Pact) — importante compromisso internacional entre cidades para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, justos e saudáveis — a trajetória de pioneirismo e o papel de referência de Belo Horizonte têm sido consistentemente reconhecidos. A cidade não apenas integra o Comitê Diretivo para a América do Sul desde 2019, ao lado de Rosário (Argentina), como também teve suas políticas celebradas em múltiplas ocasiões: em 2018, pela equidade social de seus Restaurantes Populares e pela eficiência do Banco de Alimentos no combate ao desperdício; em 2019, pela inovação do programa Territórios Sustentáveis; e, mais recentemente, em 2025, suas políticas públicas para a produção de alimentos foram novamente reconhecidas com uma Menção Especial pelo inovador Banco Público de Sementes Crioulas e Agroecológicas.

Tais conquistas não são fruto do acaso, mas o resultado de um compromisso histórico e de uma visão de que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) deve ser o alicerce para a construção de uma cidadania plena.

No cerne dessa trajetória de vanguarda, há um princípio fundamental:

A Política Municipal de SAN de Belo Horizonte (PMSAN) é, antes de tudo, uma política feita de pessoas para pessoas. É sobre o estudante que encontra na alimentação escolar a energia para aprender; sobre a família que acessa um alimento de qualidade a preço justo; sobre a pessoa que descobre na formação gastronômica um caminho para o futuro; e sobre o cidadão em vulnerabilidade que encontra dignidade no acesso a uma alimentação saudável.

E essa política só ganha vida através de uma vasta e dedicada rede humana. Ela floresce no trabalho das(os) agricultoras(es) urbanas(os) e familiares — que cultivam a terra e colhem autonomia — e na(o) feirante que oferece o alimento fresco em um ambiente que é cada vez mais urbano. Ganha sabor nas mãos da(o) cozinheira(o) escolar e dos Restaurantes Populares. É enraizada e sustentada pela dedicação de nossas(os) trabalhadoras(es), técnicas(os), gestoras(es), e todo um leque de servidores dos diversos órgãos e secretarias que compõem a CAISAN-BH, que juntos planejam, articulam e fazem a complexa engrenagem da política girar. Além disso, ela tem seus frutos multiplicados através de uma ampla rede de parceiros externos – das organizações da sociedade civil e coletivos ao setor privado, das instituições de ensino às agências de fomento. É, fundamentalmente, aprimorada pela voz ativa e contínua da(o) conselheira(o) da sociedade civil, que monitora, propõe e contribui para que essa política seja

cada vez mais justa e efetiva. Cada elo dessa grande corrente chamada Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte (PMSAN) — da terra à mesa, do planejamento à execução — tem um rosto, uma história e um impacto direto na vida da população belo-horizontina.

O III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN 2026-2029) é, em sua essência, o resultado do trabalho e da resiliência de cada elo dessa corrente. Construído em um processo integralmente colaborativo, sob a liderança da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-BH) e com a participação ativa e fundamental da Sociedade Civil, através do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-BH), este documento se torna a bússola da Política de SAN nos próximos quatro anos.

O legado de reconhecimento nacional e internacional, amplia a responsabilidade e impulsiona a encarar, com a seriedade que merecem, os complexos desafios que persistem: o enfrentamento da fome em seu “núcleo duro”; o aumento contínuo dos níveis de sobrepeso e obesidade; o alto custo de uma dieta saudável; e a urgência de sistemas alimentares saudáveis que se torna ainda mais urgente diante da crise climática.

É neste cenário que o III PLAMSAN se ergue como um esforço conjunto da gestão e da sociedade para dar respostas robustas, honrando o legado ao reafirmar programas essenciais, e ousando ir além, propondo novas estratégias para garantir o acesso a assistência alimentar, o fomento à produção agroecológica e a construção de autonomia por meio da comercialização e acesso a mercados. Com este Plano, Belo Horizonte dá um passo decisivo no combate à fome e na promoção de uma alimentação mais justa e saudável para toda a sua população.

Este é um convite. Que juntos, continuemos construindo uma Belo Horizonte onde o Direito Humano à Alimentação Adequada seja uma realidade vivida em cada lar e em cada território do município.

Darklane Rodrigues Dias

Secretária Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Presidenta Coordenadora da CAISAN-BH



2

Introdução



O III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com vigência para o quadriênio 2026-2029, se constitui como o principal instrumento de planejamento, gestão e monitoramento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da Prefeitura de Belo Horizonte. Trata-se de um conjunto de ações intersetoriais que visam garantir a segurança alimentar e nutricional, promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e subsidiar a concretização das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) no âmbito municipal.

Este documento dá sequência ao trabalho consolidado nos planos anteriores (PLAMSAN 2019-2021 e PLAMSAN 2022-2025), aprofundando o compromisso da gestão com a pauta. Sua elaboração foi liderada pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-BH) e fortalecida pela participação ativa e constante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-BH).

A CAISAN-BH constitui a instância governamental responsável pela coordenação da Política Municipal de SAN, operando por meio da articulação intersectorial entre os 14 órgãos municipais que a compõem. Sob a coordenação da SMSAN — órgão gestor desta política — a Câmara tem como finalidade primordial assegurar a realização plena do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no território. Para a elaboração deste Plano, o processo de trabalho observou uma clara distinção de competências e responsabilidades entre as instâncias da CAISAN-BH, garantindo o rigor metodológico e a viabilidade das propostas:

a) Secretaria Executiva da CAISAN-BH (SECAI): responsável pela coordenação metodológica de todo o processo, sistematização das informações setoriais, redação técnica do documento e condução dos diálogos de pactuação entre os diferentes órgãos;

b) Grupo de Assessoramento Técnico (GA) da CAISAN-BH: composto por representantes técnicos das secretarias e órgãos que integram a CAISAN-BH, atuou subsidiando a construção do diagnóstico — por meio do fornecimento, tratamento e análise técnica de dados e indicadores setoriais — bem como na identificação, validação e detalhamento das metas específicas de cada área, assegurando que a capilaridade das ações transversais de SAN fosse devidamente refletida no Plano. O grupo também atuou como órgão consultivo em todas as seções de redação do Plano;

c) Pleno da CAISAN-BH: instância deliberativa máxima, composta pelos dirigentes dos órgãos membros, responsável pela validação final e pela pactuação política dos compromissos intersetoriais assumidos pela gestão municipal para o quadriênio 2026-2029.

Já o COMUSAN-BH — instância responsável pelo controle social da Política Municipal de SAN, de caráter consultivo, composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes do poder público — assegurou a legitimidade e o controle social de todo o processo de construção do Plano, atuando por meio de duas frentes principais:

- **Comissão de Orçamento e Monitoramento Ampliada:** funcionou como o núcleo técnico-consultivo do controle social, apoiando a construção do diagnóstico e da matriz de ações e metas. Um dos pontos de destaque foi a adoção da metodologia de participação ampliada, que, por deliberação do próprio conselho, permitiu que qualquer conselheiro(a) pudesse integrar os trabalhos da Comissão, independentemente de ser ou não membro titular dela. Essa estratégia horizontalizou os debates e permitiu que todos os segmentos representados contribuíssem integralmente em todas as etapas de redação, garantindo um acompanhamento robusto e democrático desde a gênese do documento;
- **Plenária do Conselho:** instância máxima de deliberação do COMUSAN-BH, responsável por apreciar, debater e aprovar o Plano em sua versão final, validando-o sob a ótica da sociedade civil e dos diversos segmentos representados. O processo de construção contou com a atuação desta Plenária em dois momentos fundamentais deste processo: na 7ª Reunião Ordinária, que estabeleceu o marco inaugural de submissão do plano ao controle social e pactuou os parâmetros metodológicos de construção, e na 12ª Reunião Ordinária, que consolidou a etapa final com a aprovação do documento.

Para além do fortalecimento da governança local, é fundamental situar este Plano no contexto de transformações que orientam a agenda nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

A elaboração deste III PLAMSAN ocorre em um momento singular. Em âmbito nacional, o período é marcado pela reconstrução de políticas públicas estruturantes. O passo fundamental foi a recomposição das instâncias de governança do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) — que havia sido destituído no ano de 2019 — e o fortalecimento da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) restabeleceram os pilares de participação social e de articulação interministerial da política.

Sob esta base institucional reconstruída, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Fome, uma estratégia abrangente que mobiliza 24 ministérios para integrar um conjunto de mais de 80 ações e programas com foco no acesso à renda, na produção de alimentos saudáveis e na mobilização social. A execução do Brasil Sem Fome se materializa no fortalecimento de programas essen-

ciais, como o Bolsa Família, fundamental para garantir a renda das famílias em situação de vulnerabilidade e, desta forma, o acesso ao alimento; ações de apoio à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante a alimentação adequada no ambiente escolar e, ao mesmo tempo, fomenta a economia local ao determinar que parte dos recursos seja utilizada na compra de produtos da agricultura familiar. Estes programas, em um primeiro e fundamental passo para a retomada de seu fortalecimento, tiveram seus orçamentos recompostos, abrindo caminho para a busca contínua por um financiamento plenamente adequado à demanda nacional. Houve também a criação de novas frentes, como a Estratégia Nacional Alimenta Cidades, uma iniciativa coordenada pelo MDS, desenhada especificamente para fortalecer sistemas alimentares urbanos, garantindo o acesso à alimentação adequada e saudável principalmente nos territórios periféricos e para as populações mais vulnerabilizadas. Como resultado direto desse esforço coordenado, o Brasil foi retirado do Mapa da Fome da FAO em 2025, revertendo um grave retrocesso e alcançando o menor patamar de insegurança alimentar da série histórica.

Contudo, este cenário de reconstrução e avanços coexiste com desafios persistentes e complexos que se manifestam de forma aguda no território: a permanência de um “núcleo duro” da fome, concentrado em populações mais vulnerabilizadas; a tendência observada de aumento dos níveis de sobrepeso e obesidade em todas as faixas etárias, ao mesmo tempo em que há a persistência de quadros de desnutrição, especialmente, na primeira infância, configurando uma dupla carga da má nutrição em todos os ciclos de vida; o alto custo de uma dieta saudável, que impõe barreiras econômicas ao acesso; e a crescente urgência imposta pela crise climática de transição para sistemas alimentares ambientalmente sustentáveis. Estes desafios serão melhor elucidados no capítulo do Diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional.

A política de Segurança Alimentar e Nutricional se caracteriza pela inter-setorialidade e transversalidade.

Assim, a construção deste plano reforça a importância do trabalho conjunto e articulado, permitindo a interação de ações e metas de diferentes órgãos que tenham relação com a SAN. Uma das bases para a construção das metas presentes neste documento é o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), que estabelece as diretrizes, os programas e as ações que orientarão a alocação do orçamento e os investimentos do município para o quadriênio. Sendo assim, o PPAG foi um importante instrumento de análise para essa construção, mas o PLAMSAN avança ao detalhar um robusto conjunto de “metas suplementares” — projetos e atividades estratégicos que não estão explicitados no PPAG, mas que são essenciais para a política de SAN. O objetivo de incluí-las no Plano é refletir com mais acuidade a amplitude da política municipal e, principalmente, aprimorar seu monitoramento e avaliação, através de uma metodologia — pactuada entre a CAISAN-BH e o COMUSAN-BH — para o monitoramento das metas previstas no Plano. Por fim,

o plano também é composto pela seção "Visões de Futuro", que representam estratégias e debates que a gestão municipal, em diálogo com a sociedade civil, deseja aprofundar durante a vigência do PLAMSAN.

A elaboração do presente plano, considerou as propostas aprovadas na V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, distribuídas nos eixos: I – Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais; II – Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e III – Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequadas (DHAA) e Inclusão Social.

Além disso, o Plano é guiado, também, pelas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) conforme estabelecido pelas legislações do SISAN. O decreto federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, estabelece os parâmetros e diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar.

Conforme preconiza o decreto, o plano deve se orientar por oito diretrizes:

- I *promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;*
- II *promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;*
- III *instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional, e do direito humano à alimentação adequada;*
- IV *promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;*
- V *fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;*
- VI *promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;*
- VII *apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, SAN e DHAA em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e nas diretrizes da Lei nº 11.346/2006;*
- VIII *monitoramento da realização do DHAA.*

As diretrizes definidas pela PNSAN regem a organização e seleção das ações e metas que compõem o Plano.

Além das seções de Apresentação e Introdução, o presente documento está estruturado em capítulos que detalham sua construção e conteúdo. A próxima seção trata da Metodologia de Elaboração, descrevendo o passo a passo de sua construção participativa. Em seguida, o capítulo Diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional aborda o panorama em que se insere a política de SAN no município, com seus principais índices e desafios. Na seção seguinte, são tratadas as Diretrizes, Metas, Ações e Visões de Futuro que compõem o PLAMSAN 2026-2029, organizadas a partir das diretrizes da PNSAN e das deliberações da V Conferência Municipal de SAN. Por fim, apresenta-se a Metodologia de Monitoramento e Avaliação para o Plano em seu período de vigência.



Restaurante Popular de Belo Horizonte

3

Metodologia de Elaboração do Plano



O processo de elaboração de um plano de segurança alimentar e nutricional é o momento em que atores sociais de diferentes órgãos governamentais e da sociedade civil discutem prioridades, debatem temas, compartilham visões, articulam propostas e pactuam o que vão fazer para avançar na realização do DHAA, previsto no Art. 6º da Constituição Federal do Brasil. Considera-se também a natureza intersetorial da política, compreendendo que, apesar de haver uma Secretaria que coordena e na qual está centrada a execução de parte da política de segurança alimentar e nutricional, a responsabilidade pela garantia do DHAA perpassa diversos setores da prefeitura. Desse modo, cabe à Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-BH), instância composta por órgãos das diferentes políticas públicas que possuem ações, programas e atividades da política de Segurança Alimentar e Nutricional coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme determina a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei no 11.346/2006, Art. 11, III, a e b) e o Decreto no 7.272/2010 (Art. 7º), considerando as orientações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Uma importante característica do PLAMSAN 2026-2029 é sua capacidade de ir além do Plano Plurianual (PPAG), ao incorporar um robusto conjunto de metas suplementares. Essa inclusão tem o objetivo estratégico de refletir a real amplitude da política de SAN e, ao mesmo tempo, transformar o próprio plano no instrumento norteador para o monitoramento da gestão (SMSAN e CAISAN-BH) e do controle social (COMUSAN-BH), permitindo uma análise de resultados mais abrangente e intersectorial.

Para garantir a intersectorialidade e a agregação das diversas áreas de SAN, participaram na discussão do PLAMSAN 2026-2029, além da SMSAN, treze outros órgãos ligados à política de SAN, a saber: Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), Subsecretaria de Assistência Social (SUASS), Subsecretaria de Direitos de Humanos (SUDH), Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), Secretaria Municipal de Educação (SMED), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Relações Internacionais (SMDE), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur), Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB) e Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU).

O Grupo de Assessoramento (GA), formado por membros das instituições que compõem a CAISAN — ou convidadas, se responsabilizou pela elaboração das metas dispostas no Plano. A elaboração contou, ainda, com a participação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-BH) em todas as fases. A elaboração do PLAMSAN 2026-2029 aconteceu em 4 etapas:

1. levantamento de informações, elaboração do diagnóstico e identificação das ações;
2. elaboração e pactuação da matriz de programas, ações e metas;
3. apresentação dos resultados preliminares e diálogo de pactuação da escrita do Plano com a Comissão de Orçamento e Monitoramento do COMUSAN-BH;
4. pactuação e aprovação do PLAMSAN 2026-2029 no Pleno da CAISAN e na Plenária do COMUSAN-BH.

3.1. Levantamento de informações, elaboração do diagnóstico e identificação de ações

A primeira etapa da construção do III PLAMSAN consistiu em um amplo e cuidadoso processo de levantamento de informações, dividido em duas frentes complementares:

1. dados da situação de SAN e seus determinantes, para subsidiar o capítulo de diagnóstico;
2. programas, ações, iniciativas e relações intersetoriais que promovem SAN em execução pelos diversos setores da PBH, para subsidiar o capítulo de ações e metas.

A construção do Diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional — capítulo que apresenta o panorama da SAN no município e fornece a base de evidências para o Plano — foi um processo coletivo liderado pela Secretaria Executiva da Caisan-BH com o apoio do Grupo de Assessoramento (GA). O trabalho partiu de um amplo levantamento de dados e informações, que incluiu uma análise crítica de planos anteriores e a compilação de dados e indicadores de diversas perfis e fontes, entre os quais, socioeconômicos, de Insegurança Alimentar e Nutricional (IBGE, PNAD-C), de acesso e custo da alimentação (DIEESE, IPCA), do ambiente alimentar (desertos e pântanos alimentares), de vulnerabilidade (CadÚnico) e de saúde e nutrição (SISVAN). Com base nesse material, o GA e a Secretaria Executiva trabalharam de forma conjunta na estruturação e redação do texto que foi então apresentado à Comissão de Orçamento e Monitoramento Ampliada do COMUSAN-BH. O Conselho participou ativamente do aprimoramento do capítulo, enviando contribuições e análises críticas que foram incorporadas ao documento, garantindo que o diagnóstico final refletisse também as percepções e prioridades do controle social.

Com o diagnóstico consolidado, o passo seguinte foi o mapeamento dos programas, ações e iniciativas intersetoriais que promovem a SAN em Belo Horizonte. Nesta etapa, a Secretaria Executiva da CAISAN-BH, com o apoio do GA, realizou o levantamento dos programas e ações constantes no

Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2026-2029) para identificar e localizar no instrumento municipal de planejamento governamental as ações e subações previstas que dizem respeito à promoção da segurança alimentar e nutricional no município, de acordo com as diretrizes da PNSAN. Em seguida, o Grupo de Assessoramento, de posse dos dados desse levantamento, trabalhou internamente em cada órgão buscando informações mais detalhadas e completas sobre a execução das ações, a percepção das relações com a SAN e ainda a identificação de outras iniciativas, para além das ações constantes no PPAG, que contribuíssem para a promoção do direito humano à alimentação adequada. Por meio da ampliação do diálogo interno em cada setor, foram identificadas diversas atividades não descritas nos instrumentos de planejamento de cada órgão, bem como, relações intersetoriais ativas ou potenciais; apontando para novas possibilidades de parcerias internas e ações colaborativas em prol da SAN. Os levantamentos realizados eram socializados em reuniões do GA, onde se aprimorava a compreensão sobre a contribuição e o papel de cada setor na SAN e se discutia novas propostas de parcerias e intersectorialidade. Vale ressaltar que, devido ao caráter intersectorial da política de SAN, diversas ações incluídas no PLAMSAN estão também previstas em outros planos municipais de políticas públicas.

Após a discussão e socialização das metas levantadas, todo o conteúdo foi estruturado em uma matriz na qual as metas foram organizadas a partir das Diretrizes da PNSAN e das Deliberações da V COMSAN que possuem correspondência. Essa organização será apresentada na seção 5, "Ações e Metas", do Plano. Por fim, o Plano foi revisado pela coordenação geral encabeçada pela secretária municipal de segurança alimentar e nutricional e presidenta da CAISAN-BH.

3.2. Elaboração e pactuação da matriz de programas, ações e metas, e metodologia de monitoramento

Na segunda etapa, as informações levantadas foram organizadas na matriz que estrutura o capítulo de Ações e Metas deste Plano. Os programas, projetos e ações identificados foram alinhados às diretrizes da PNSAN, e as metas foram estabelecidas, considerando tanto o que já está previsto no PPAG quanto às "metas suplementares" propostas pelo Grupo de Assessoramento (GA) da CAISAN-BH. Essa fase foi fundamental para a definição e pactuação do conteúdo principal do Plano, ou seja, das metas assumidas como compromisso da gestão.

As metas foram categorizadas em dois tipos principais:

1. Metas PPAG: ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental, identificadas como parte da política de SAN do município.
2. Metas Suplementares: ações estratégicas que não estão descritas no PPAG, mas que são essenciais para a política de SAN.

Para além da definição das metas, foi pactuada a metodologia de monitoramento. Para as Metas PPAG, o acompanhamento se dará por meio do Relatório de Execução Físico-Orçamentária, que é apresentado quadrimestralmente pela CAISAN-BH ao COMUSAN-BH.

Já para as Metas Suplementares, o processo de monitoramento será distinto: o COMUSAN-BH definirá, anualmente, um conjunto prioritário de metas a serem acompanhadas. A partir dessa definição, a Secretaria Executiva da CAISAN-BH acionará os gestores responsáveis em cada órgão, com o apoio do GA, para que apresentem os resultados e o andamento dessas ações específicas em reunião do Conselho. Os indicadores para a medição do êxito de cada meta suplementar (como número de pessoas atendidas ou quantidade de alimentos arrecadados) estão detalhados na própria descrição da meta, neste plano.

3.3. Apresentação dos produtos preliminares do processo de elaboração do III PLAMSAN e diálogo de pactuação com a Comissão de Orçamento e Monitoramento do COMUSAN-BH

Esta etapa visou garantir o papel estratégico de assessoramento do COMUSAN-BH definido por lei, fortalecendo o controle social da política de SAN. O processo teve como marco inaugural a 7ª Reunião Ordinária do COMUSAN-BH, realizada presencialmente em 28 de agosto de 2025, no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN). O encontro teve como pauta central o fortalecimento do controle social na elaboração do III PLAMSAN e contou com a presença da Presidência e dos membros do Conselho, da titular da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) e Presidenta da Caisan-BH, da Secretaria Executiva da CAISAN-BH e de seu Grupo de Assessoramento Técnico (GA), da representação da Gerência de Indicadores da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), além da Chefia de Gabinete e das diretorias temáticas da SMSAN.

Durante a plenária, a metodologia de construção coletiva do Plano foi apresentada pela Secretária Darklane Rodrigues. Na sequência, com o objetivo de qualificar o debate sobre o acompanhamento das metas do PLAMSAN, o gerente de indicadores da SMPOG, Rodrigo Nunes Ferreira, realizou uma apresentação técnica detalhando os principais instrumentos de monitoramento de políticas públicas da PBH.

O encontro foi encerrado com uma visita técnica dos conselheiros às instalações do CRESAN. Atividade esta que integra a metodologia de monitoramento adotada pelo Conselho, que instituiu a realização bimestral de plenárias presenciais in loco nos equipamentos de SAN, assegurando que o controle social vivencie a prática da política pública diretamente nos territórios.

Na continuidade dos trabalhos de construção coletiva do III PLAMSAN, após a realização da plenária presencial, atendendo a uma proposta do próprio Conselho que visava ampliar a participação de todos os seus membros, ficou estabelecido que a Comissão de Orçamento e Monitoramento atuaria em formato ampliado durante todo o período de construção do novo Plano. Essa decisão permitiu que qualquer conselheira ou conselheiro pudesse participar integralmente das reuniões da Comissão.

Neste sentido, foram realizadas cinco reuniões com a Comissão Ampliada, com apresentações seriadas das elaborações prévias de cada parte do Plano. Posteriormente, o documento completo foi levado à Plenária para

apreciação e aprovação final, conforme descrito na próxima subseção. Esse desenho metodológico participativo garantiu que os membros do COMUSAN-BH pudessem participar efetivamente da construção e da redação do Plano, desde suas fases iniciais até a sua consolidação.

3.4. Pactuação e Aprovação do PLAMSAN 2026-2029

Na quarta e última fase, o Plano foi submetido à pactuação e aprovação final. Para a pactuação no âmbito da gestão, os gestores dos órgãos envolvidos analisaram a matriz e o descritivo das ações, culminando na aprovação do documento em reunião do Pleno da CAISAN-BH, realizada em 04 de dezembro de 2025. Após ter sido aprovado pela CAISAN-BH, o Plano foi encaminhado para apreciação e aprovação final na plenária do COMUSAN-BH, realizada em 18 de dezembro de 2025.





4.1. Retrato socioeconômico de Belo Horizonte no cenário pós-pandemia

4.1.1. Dinâmicas populacionais e do mercado de trabalho

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, a população de Belo Horizonte é de aproximadamente 2.315.560 (dois milhões, trezentos e quinze mil e quinhentos e sessenta) pessoas, sendo 1.239.813 (um milhão, duzentas e trinta e nove mil, oitocentas e treze) mulheres e 1.075.747 (um milhão, setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e sete) homens. A cidade se encontra na 6ª posição dentre os municípios mais populosos do Brasil, ocupando uma área de 331 km² com uma densidade demográfica de 6.988,18 habitantes/km². Do ponto de vista econômico, o município possuía, em 2021, um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$41.818,32, (quarenta e um mil, oitocentos e dezoito reais e trinta e dois centavos), de acordo com o IBGE. Belo Horizonte está inserida na terceira Região Metropolitana mais populosa do país, formada por 34 municípios e uma população de aproximadamente 5.544.000 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil) habitantes, com abrangência territorial de cerca de 9.5 mil km². Vale ressaltar que todo o território de Belo Horizonte é classificado como área urbana, inexistindo perímetro rural no município.

Dividida em 10 regiões administrativas, Belo Horizonte se caracteriza demograficamente por possuir cerca de 1.027.233 (um milhão, vinte e sete mil, duzentos e trinta e três) domicílios e uma média de 2,3 pessoas/domicílio. Pelos dados apresentados abaixo (Tabela 1 - IBGE, 2022), identifica-se que a regional Oeste é a que apresenta a maior população entre as dez regionais, já a regional Hipercentro é a que apresenta a menor população entre as regionais em análise, embora registre a maior densidade demográfica. O mesmo se observa em relação ao número de domicílios. Com exceção da regional Hipercentro, todas as demais regionais possuem uma população estimada maior que 200 mil pessoas. Destaca-se também que a regional Hipercentro é a que possui a menor média de moradores por domicílio e as regionais Barreiro, Norte e Venda Nova a maior média.

Tabela 1: População de Belo Horizonte por regional

Regional	Área (km ²)	População	Domicílios	Média de Moradores por Domicílio	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Barreiro	53,51	278.144	115.453	2,4	5.198,00
Centro-Sul	29,55	248.145	120.161	2,1	8.397,50
Leste	27,9	220.694	97.003	2,3	7.910,20
Nordeste	39,34	293.612	127.941	2,3	7.463,40
Noroeste	30,09	233.656	108.300	2,2	7.765,20
Oeste	35,95	309.289	137.782	2,2	8.603,30
Pampulha	51,06	247.578	109.312	2,3	4.848,80
Hipercentro	2,21	23.871	16.950	1,4	10.801,40
Norte	32,57	213.427	89.694	2,4	6.553,20
Venda Nova	29,19	247.315	104.637	2,4	8.472,60
TOTAL	331,37	2.315.731	1.027.233	2,3	6.988,20

Fonte: CENSO IBGE 2022

A característica da população do município (tabela 2 - IBGE 2022), segundo resultado do Censo de 2022, indica que, aproximadamente, 53,5% da população é composta por mulheres, sendo cerca de 46,5% homens.

Tabela 2: População de Belo Horizonte segundo faixa etária e sexo

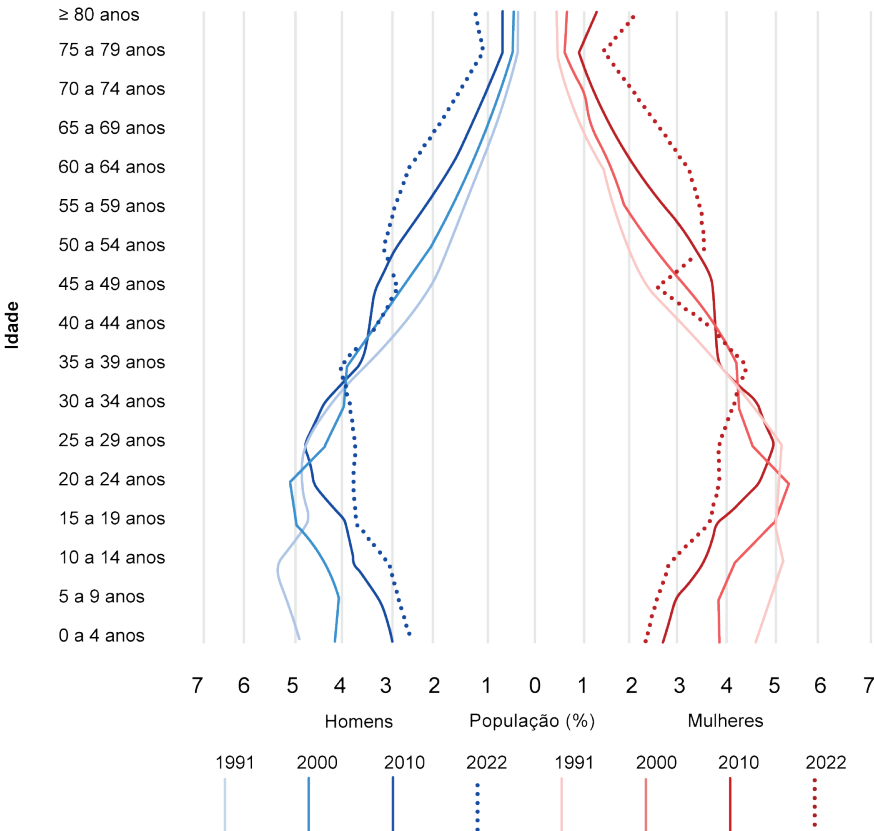
Grupo de idade	População Feminina	População masculina	População Total	Percentual
100 anos ou mais	525	127	652	0,03%
95 a 99 anos	2.596	789	3.385	0,15%
90 a 94 anos	8.058	3.115	11.173	0,48%
85 a 89 anos	15.603	7.844	23.447	1,01%
80 a 84 anos	24.892	14.412	39.304	1,70%
75 a 79 anos	35.352	22.423	57.775	2,50%
70 a 74 anos	49.354	33.507	82.861	3,58%
65 a 69 anos	63.148	45.639	108.787	4,70%
60 a 64 anos	76.185	58.535	134.720	5,82%
55 a 59 anos	82.215	65.178	147.393	6,37%
50 a 54 anos	83.685	70.106	153.791	6,64%
45 a 49 anos	86.739	73.939	160.678	6,94%
40 a 44 anos	103.918	90.936	194.854	8,41%
35 a 39 anos	97.556	86.265	183.821	7,94%
30 a 34 anos	90.644	83.768	174.412	7,53%
25 a 29 anos	90.482	85.040	175.522	7,58%
20 a 24 anos	85.593	83.471	169.064	7,30%
15 a 19 anos	66.730	67.901	134.634	5,81%
10 a 14 anos	60.306	62.637	122.943	5,31%
5 a 9 anos	61.178	63.466	124.644	5,38%
0 a 4 anos	55.054	56.649	111.703	4,82%

Fonte: CENSO IBGE 2022

A maior concentração da população está nas faixas de 40-44, 35-39, 25-29 e 30-34, representando, respectivamente, 8,41%, 7,94% e 7,58% e 7,53% da população total. Por sua vez, as faixas de 70-74, 75-79 e 80 ou mais, são as que apresentam o menor percentual, cerca de 3,58%, 2,50% e 3,37%, respectivamente.

Ao compararmos os resultados de 2022 com os dados dos Censos de 2010, 2000 e 1991, percebe-se uma alteração importante na estrutura da pirâmide etária no município. Os grupos etários de 0 a 49 anos de idade, de ambos os sexos, sofreram reduções - à exceção dos grupos de 35 a 39 anos de idade, cujos crescimentos positivos foram baixos. Contudo, houve aumento dos grupos etários a partir de 54 anos de idade, sobretudo os de mulheres. Tal dinâmica - decréscimo das populações infantil e jovem, e crescimento relativo das populações em idades mais avançadas - demonstra o avanço do processo de envelhecimento progressivo da população ao longo das décadas. Os dados revelam que essa dinâmica seguirá nos próximos anos, de modo que a população de Belo Horizonte será cada vez mais envelhecida (gráfico 1).

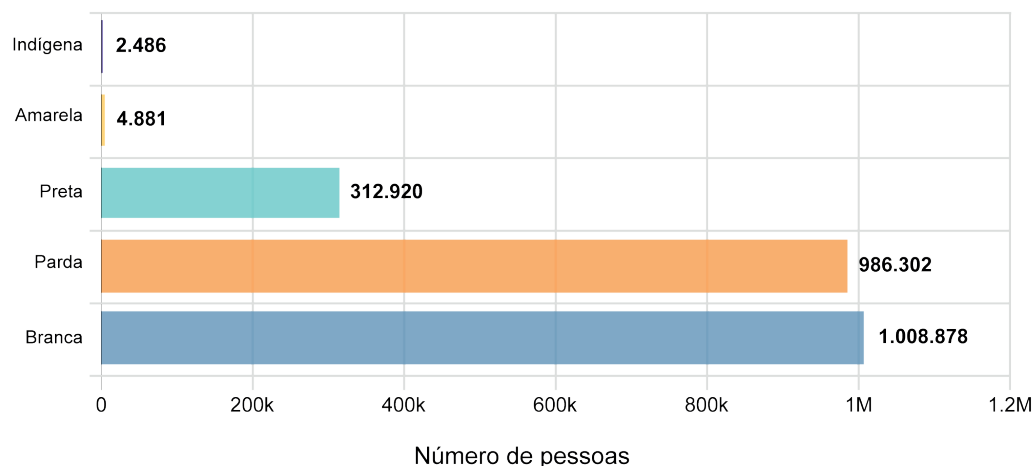
Gráfico 1: Pirâmides etárias da população de Belo Horizonte em 1991, 2000, 2010 e 2022



Fonte: Moreira, 2024, p. 102.

Essa transformação é reflexo da transição demográfica no município, explicada pela acentuada redução nas taxas de natalidade e fecundidade, combinada ao aumento da longevidade e da expectativa de vida, o que altera a proporção entre os diferentes grupos etários e resulta em uma estrutura populacional predominantemente madura.

Gráfico 2: População do município de Belo Horizonte por autodeclaração de cor/raça



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

No que se refere à autodeclaração de cor ou raça, os dados do Censo de 2022 (IBGE) para Belo Horizonte apontam uma diversidade na composição populacional. A maior parte da população se autodeclara como branca, totalizando 1.008.878 de pessoas, o que corresponde a aproximadamente 43,6% do total. Logo em seguida, a população parda representa um contingente significativo, com 986.302 pessoas, ou 42,6%. A população que se autodeclara preta é o terceiro maior grupo, somando 312.920 indivíduos (13,5%). As populações amarela e indígena são numericamente menores, com 4.881 e 2.486 pessoas, respectivamente, representando juntas cerca de 0,3% da população do município (Gráfico 2).

Embora esses números representem a diversidade racial da cidade, estudos nacionais — como o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 (VIGISAN/2022) — indicam que a insegurança alimentar afeta de forma desproporcional famílias negras (pretas e pardas), inclusive em contextos urbanos e independentemente da proporção numérica desses grupos na população. Fatores estruturais, como desigualdades de renda, acesso desigual a empregos formais, condições habitacionais precárias e discriminação, contribuem para que grupos raciais historicamente vulnerabilizados estejam mais expostos à privação de alimentos adequados e saudáveis.

Assim, no caso de Belo Horizonte, é possível inferir que, apesar da população branca representar ligeira maioria numérica, pardos e pretos juntos somam 56,1% dos habitantes e, considerando a realidade brasileira, tendem a enfrentar maiores barreiras no acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. Esse cenário reforça a importância de políticas de segurança alimentar com enfoque interseccional, capazes de enfrentar desigualdades raciais, territoriais e socioeconômicas.

Para além da análise demográfica geral, um diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional deve reconhecer a presença e as especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no território. Estes grupos, cujas

identidades são definidas por suas formas de organização social, relação com a terra e ancestralidade, frequentemente enfrentam vulnerabilidades singulares que não são capturadas por levantamentos estatísticos amplos.

A partir de informações da Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial (DPIR), é possível reconhecer a presença de diversos grupos no município, como Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas, Povos Ciganos e Povos de Terreiro. Embora os processos de mapeamento institucional ainda estejam em diferentes estágios de consolidação para cada comunidade, as informações já disponíveis permitem identificar:

- **Povos Indígenas:** embora sem território demarcado, há presença de famílias e indivíduos de diversas etnias, como Carajá, Kamakã Mongoió, Warao, Ticuna e Pataxó, que residem em diferentes áreas da cidade.
- **Comunidades Quilombolas:** o município conta com seis quilombos reconhecidos, que são territórios de resistência e preservação da cultura afro-brasileira: Irmandade "Os Carolinos" (Noroeste), Kilombo Souza (Leste), Quilombo Família Mattias (Leste), Quilombo Luízes (Oeste), Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango (Leste) e Quilombo Mangueiras (Norte).
- **Povos Ciganos:** existem territórios ciganos consolidados, como aqueles localizados nos bairros São Gabriel/Belmonte e Céu Azul, além de comunidades da etnia Rom que vivem de forma dispersa pela cidade.

Embora os processos de mapeamento para todos estes grupos estejam em diferentes estágios de consolidação, sua inclusão no diagnóstico é fundamental, pois, em um contexto integralmente urbano como o de Belo Horizonte, a manutenção e reprodução dos modos de vida, saberes e práticas culturais destes povos encontram desafios singulares. Esses desafios podem impactar diretamente a sua soberania e segurança alimentar, uma vez que a relação com o território e o acesso a recursos são componentes centrais de suas identidades e sistemas alimentares.

No que tange ao mercado de trabalho, os indicadores para Belo Horizonte apontam para uma trajetória de recuperação no período pós-pandêmico. Segundo estimativa do Censo 2022, aproximadamente 65% da população do município estava ocupada, o que representa 1.395.000 de pessoas, com a taxa de desocupação no município alcançando 4,6%. Em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais estava em torno de 3,4 salários mínimos. Esse valor colocava Belo Horizonte na 8ª posição entre os municípios com os maiores salários médios do estado (em um universo de 853 cidades). Já na comparação nacional, o município ocupava a 61ª posição entre as 5.571 cidades brasileiras com maior rendimento médio.

Considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 27,8% da população do município se encontrava nessas condições em 2010¹. Esse índice coloca Belo Horizonte entre as cidades com

a menor proporção de população em situação de baixa renda, ocupando a 825ª posição entre as 853 cidades do estado e a 5.051ª posição entre os 5.571 municípios do Brasil.

Apesar da trajetória de recuperação quantitativa do emprego, a análise da qualidade dessas ocupações deve ser considerada um fator chave para a segurança alimentar. Nessa linha, em um estudo sobre os determinantes da insegurança alimentar a partir de dados da PNAD Contínua, Hoffmann (2024) aponta que a probabilidade de um domicílio sofrer com a falta de alimentos aumenta consideravelmente se a pessoa de referência possuir ocupação informal, for mulher ou se autodeclarar preta ou parda, para além de outros condicionantes como a pobreza. Assim, a expansão de postos de trabalho, por si só, pode mascarar vulnerabilidades que impactam diretamente o acesso à alimentação, tornando essencial que a recuperação econômica seja acompanhada pela garantia de direitos e pela redução das desigualdades estruturais de raça e gênero, inclusive aquelas referentes ao acesso a empregos formais.

¹ Nota metodológica: Este indicador utiliza a base de dados de 2010 devido a uma mudança na metodologia de investigação de rendimentos entre os dois últimos censos. Essa alteração torna o dado de 2010 a referência histórica padronizada no portal "IBGE Cidades" para esta série comparativa, preservando a integridade estatística da análise.

4.1.2. Vulnerabilidade socioeconômica no Cadastro Único: o contexto nacional e o cenário de Belo Horizonte

A análise da dinâmica de renda e pobreza é fundamental para compreender o acesso da população aos alimentos. Em uma perspectiva nacional, dados recentes apontam para uma melhora nos indicadores de rendimento, como mostra a PNAD Contínua, que registrou um aumento de 11,5% no rendimento médio per capita entre 2022 e 2023. Este crescimento foi ainda mais expressivo (38,5%) entre os 5% mais pobres, impulsionado pela reestruturação de programas como o Programa Bolsa Família (PBF).

Contudo, o próprio avanço nos indicadores gerais evidencia a persistência de um "núcleo duro" da fome e da pobreza, composto por grupos que não são alcançados pela melhora dos indicadores macroeconômicos. Este desafio, que é foco central de políticas como o Plano Brasil Sem Fome, é caracterizado pela sobreposição de vulnerabilidades, onde fatores como renda, raça/cor, gênero, ciclo de vida e território se cruzam, tornando o acesso à alimentação adequada ainda mais difícil.

O Cadastro Único (CadÚnico) é o instrumento fundamental para identificar e caracterizar essas famílias, viabilizando seu acesso a uma série de programas e benefícios, como o Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Cestas nas Férias, o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial - Comida na Mesa e as áreas de produção coletiva (Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias), estes três últimos implantados pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Os dados nacionais do CadÚnico apontam para um perfil claro de vulnerabilidade: em 2024, as mulheres representavam 56,98% do total de inscritos, e crianças e adolescentes (0 a 17 anos) compunham 34,32% do total, evidenciando o impacto da pobreza entre as mulheres e nas gerações mais jovens.

Tabela 3: População do Brasil no CadÚnico por faixa etária/sexo

Idade	Masculino	% Masculino	Feminino	% Feminino	Total*	% etária total
Entre 0 a 4	4.032.895	51,01%	3.872.628	48,99%	7.905.523	8,44%
Entre 5 a 6	1.989.310	51,22%	1.894.659	48,78%	3.883.969	4,14%
Entre 7 a 15	8.547.250	51,10%	8.177.805	48,90%	16.725.055	17,85%
Entre 16 a 17	1.845.832	50,59%	1.802.494	49,41%	3.648.326	3,89%
Entre 18 a 24	4.458.635	43,94%	5.689.004	56,06%	10.147.639	10,83%
Entre 25 a 34	4.233.316	33,47%	8.413.493	66,53%	12.646.809	13,49%
Entre 35 a 39	2.063.927	33,09%	4.172.561	66,91%	6.236.488	6,65%
Entre 40 a 44	2.169.100	35,26%	3.982.988	64,74%	6.152.088	6,56%
Entre 45 a 49	2.086.994	37,77%	3.438.907	62,23%	5.525.901	5,90%
Entre 50 a 54	1.916.410	39,98%	2.877.502	60,02%	4.793.912	5,12%
Entre 55 a 59	1.849.506	42,21%	2.532.591	57,79%	4.382.097	4,68%
Entre 60 a 64	1.697.491	43,96%	2.164.205	56,04%	3.861.696	4,12%
Maior que 65	3.427.100	43,90%	4.380.231	56,10%	7.807.331	8,33%
Total	40.317.766	43,02%	53.399.068	56,98%	93.716.834	100,00%

Fonte: Matriz de Informação Social (SENARC/SAGI)

Nota: este total não inclui pessoas cadastradas sem informação de sexo

Em Belo Horizonte, a análise do CadÚnico, detalhada na tabela abaixo, permite dimensionar como este "núcleo duro" se manifesta localmente.

**Tabela 4: Evolução do Cadastro Único de Belo Horizonte (2022 - 2024)
Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza**

Total de famílias cadastradas no CadÚnico em situação de pobreza e extrema pobreza (dez/2022 a dez/2024)					
Período	Até R\$109,00	Percentual em extrema pobreza	Entre R\$109,01 até R\$218,00	Percentual em pobreza	Total de famílias cadastradas
dezembro/2022	133.944*	46,1%	22.089*	7,6%	290.497
dezembro/2023	116.339	36,2%	25.013	7,7%	320.989
dezembro/2024	97.922	31,8%	25.027	8,1%	307.816

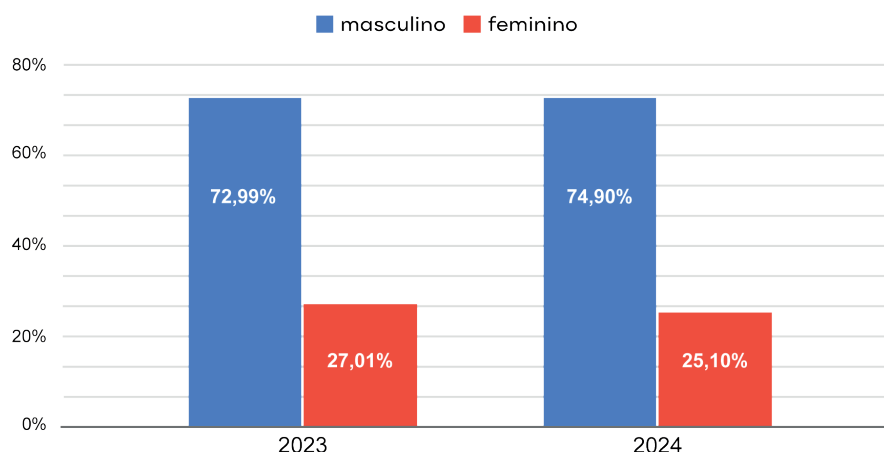
Fonte: Vigilância Socioassistencial/GVISO/DGAS/SUASS/SMASDH

Nota: em 2022, as faixas de renda para pobreza e extrema pobreza eram distintas, sendo: até R\$105,00 para extrema pobreza e entre R\$105,01 até R\$210,00 para pobreza).

Os dados de dezembro de 2024 revelam que, do total de famílias residentes no município cadastradas no CadÚnico, 97.922 se encontravam na faixa de extrema pobreza (31,80%) e 25.027 na faixa de pobreza (8,1%), totalizando 122.949 famílias em situação de vulnerabilidade de renda (39,9%).

Este universo representa o público focal das políticas de SAN, e a análise de seu perfil confirma as características do "núcleo duro" da vulnerabilidade: há uma predominância de famílias chefiadas por mulheres (74,9% em dez/2024), muitas das quais pretas ou pardas, com crianças, idosos ou pessoas com deficiência sob sua responsabilidade. É neste grupo, especialmente entre as famílias em extrema pobreza, no qual as desigualdades se sobrepõem, que a insegurança alimentar se manifesta de forma mais aguda, exigindo uma atuação ainda mais direcionada.

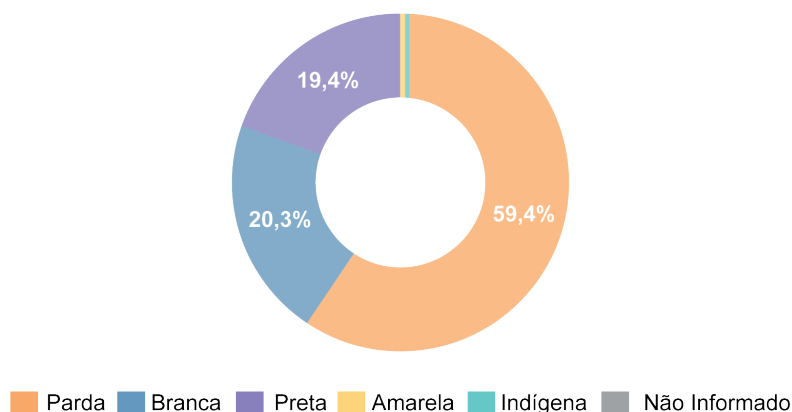
Gráfico 3: Distribuição por sexo do responsável familiar no CadÚnico



Fonte: Vigilância Socioassistencial/GVISO/DGAS/SUASS/SMASDH

Gráfico 4: Perfil da mulher chefe de família no CadÚnico de Belo Horizonte em 2024 por cor/raça

Composição por Cor/Raça - Belo Horizonte (Dezembro/2024)

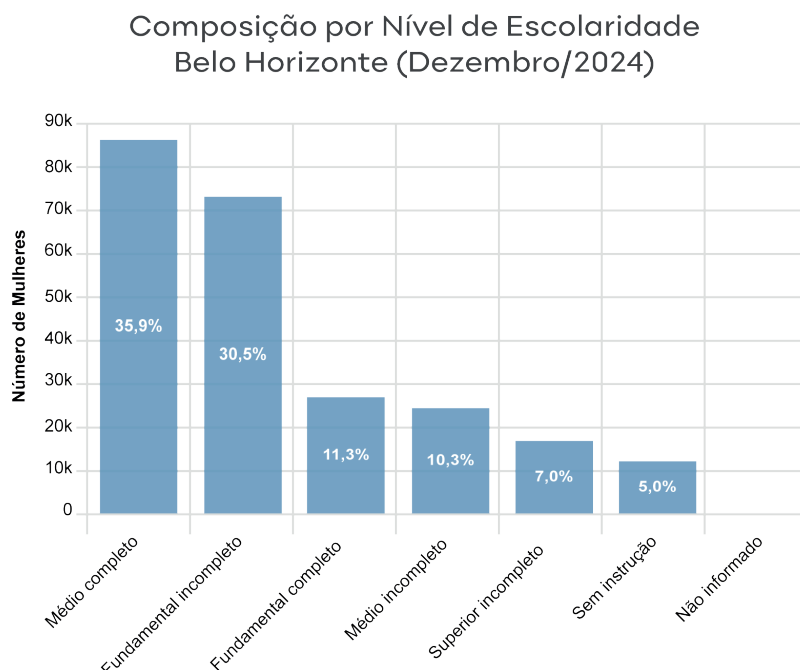


Fonte: Vigilância Socioassistencial/GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC

Além disso, o perfil das mulheres cadastradas no CadÚnico responsáveis pela família para o ano de 2024, aprofunda a compreensão sobre a interseccionalidade das vulnerabilidades. Dentro deste grupo, 76% se autodeclararam pardas ou pretas. (Gráfico 4). O grau de instrução se mostra como um fator crítico, tendo em vista que 56% dessas mulheres não possuíam o ensino médio

completo em 2024 (Gráfico 5), o que limita severamente seu acesso ao mercado formal de trabalho e a melhores salários e, conseqüentemente, limita o acesso a direitos sociais e previdenciários

Gráfico 5: Perfil da mulher chefe de família no CadÚnico de Belo Horizonte em 2024 por nível de escolaridade



Fonte: Vigilância Socioassistencial/GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC

Para além disto, o diagnóstico exige um olhar prioritário e sensível para a População em Situação de Rua, segmento no qual os desafios para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) assumem contornos específicos e críticos. Trata-se de um fenômeno heterogêneo e multicausal, no qual a ausência de um domicílio fixo e a fragilização de vínculos sociais impõem barreiras à autonomia e à regularidade do acesso a uma alimentação digna e saudável, exigindo do poder público respostas integradas que articulem a assistência alimentar com as demais políticas de proteção social.

O IV Censo de População em Situação de Rua de Belo Horizonte, realizado em 2022, identificou um contingente de 5.344 pessoas vivendo nas ruas da capital. Este número deve ser analisado sob a ótica de desafios estruturais complexos. Primeiramente, o Censo aponta que a maioria desta população (56,3%) nasceu fora do município, evidenciando que a capital, como polo regional, acolhe demandas sociais que ultrapassam suas fronteiras geográficas. Outro desafio é o progressivo envelhecimento desta população, com um crescimento substancial da proporção de pessoas na faixa etária acima de 60 anos, o que impõe novas camadas de complexidade à política de SAN, demandando atenção nutricional específica para lidar com as questões atinentes a esse perfil etário, como o aumento de doenças crônicas.

No que tange à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a dependência deste público em relação aos equipamentos públicos é bastante significativa. O mesmo Censo revelou que os Restaurantes Populares são a principal fonte de alimentação para 50,3% dessa população, superando outras formas de auxílio. Adicionalmente, 10,7% dos entrevistados apontaram os Centros Pop e abrigos municipais como sua principal referência de acesso à alimentação. Este conjunto de dados comprova que as ações de assistência alimentar e a gratuidade nas refeições para este público não são medidas complementares, tornando o fortalecimento contínuo dos Restaurantes Populares e a implantação de outros equipamentos que garantam o acesso dessa população a refeições de qualidade, como as cozinhas comunitárias, uma estratégia indispensável para a política de segurança alimentar do município.

4.2. A dimensão do acesso: insegurança alimentar e acesso econômico

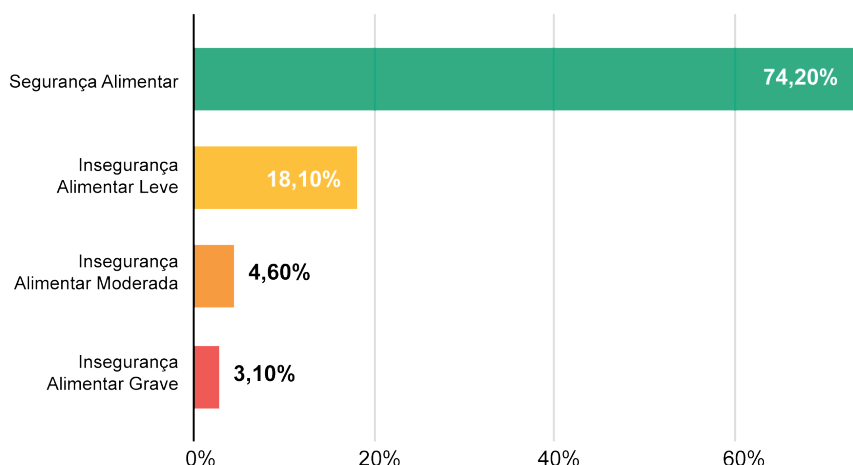
4.2. 1. A nova medida da fome: um panorama de múltiplas fontes

Em 2025, o Brasil alcançou mais um marco significativo em sua trajetória de combate à fome. De acordo com o relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2025", publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o país saiu novamente do Mapa da Fome. A análise, que compreende o triênio de 2022 a 2024, indicou que a prevalência de subalimentação no Brasil ficou abaixo de 2,5% da população, critério utilizado pela FAO para definir a situação de insegurança alimentar grave em nível nacional.

Esta é a segunda vez que o país deixa o mapa da fome, tendo a primeira ocorrido em 2014. O Brasil havia retornado à lista em um contexto de desmonte das políticas públicas de SAN no âmbito federal — processo que se iniciou a partir de 2016 e se tornou mais agudo entre 2018 e 2020 —, somado ao aumento da pobreza e aos impactos da pandemia de Covid-19. A nova saída do mapa reflete os esforços na reconstrução de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Este avanço notável no cenário nacional, no entanto, não significa a erradicação de todas as formas de insegurança alimentar. O monitoramento detalhado, que foi fortalecido com a incorporação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) à PNAD Contínua por iniciativa do Governo Federal, permite dimensionar a persistência do problema. Conforme evidenciado no gráfico abaixo, embora a maioria dos domicílios brasileiros (74,2%) estivesse em segurança alimentar no 3º trimestre de 2024, um contingente significativo de 25,8% ainda enfrentava algum grau de Insegurança Alimentar (IA). Esse percentual se divide da seguinte forma: 18,1% de IA leve, 4,6% de IA moderada e 3,1% de IA grave.

Gráfico 6: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

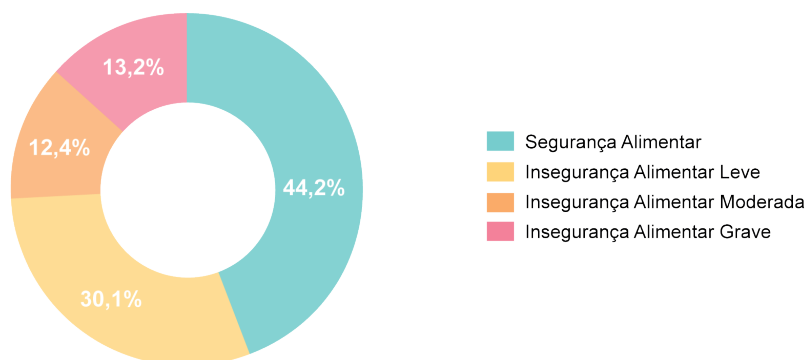


Fonte: IBGE, PNAD-C 3º trimestre/2024

Para uma análise local em Belo Horizonte, é fundamental analisar diferentes fontes que, por se referirem a dados coletados em momentos distintos, contam a história da crise e da recuperação no período pós-pandêmico.

O primeiro retrato, correspondente ao auge da crise socioeconômica, é composto por dois estudos complementares. Nacionalmente, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), conduzido pela Rede PENSSAN em 2022, revelou um quadro alarmante com 33,1 milhões de pessoas em situação de fome e 55,2% da população brasileira em situação de insegurança alimentar. É neste contexto que a pesquisa "Retrato da Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte", realizada em abril de 2022 (coordenada pelo Grupo de Pesquisa "Food for Justice" com participação da PBH, UFMG, Rede PENSSAN e Instituto Fome Zero), identificou que 13,2% dos domicílios no município estavam em IA grave (Gráfico 7), refletindo os fortes impactos da pandemia.

Gráfico 7: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte em 2022

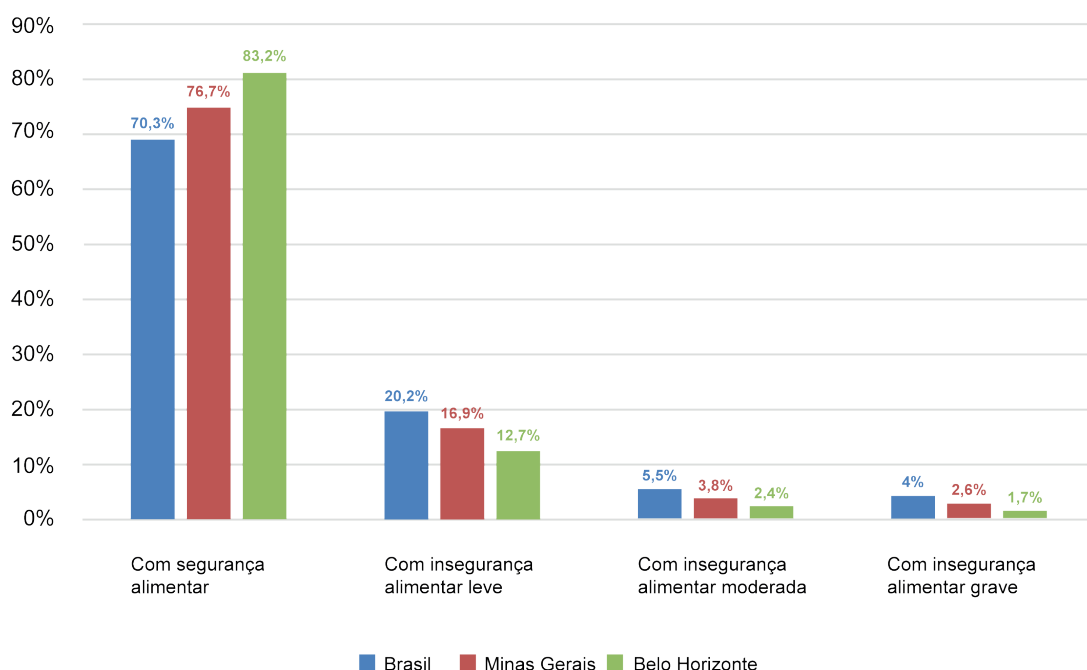


Fonte: Pesquisa "Retrato da Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte" (PBH, UFMG, Rede PENSSAN, IFZ, Food for Justice, IBPAD)

Aprofundando essa análise com um recorte territorial para o mesmo período de crise, o estudo de Ferreira et al. (2025), baseado em dados coletados em favelas de Belo Horizonte entre 2021 e 2022, quantifica como as desigualdades se intensificaram. A pesquisa constatou que, nesses territórios, a insegurança alimentar moderada ou grave atingia cerca de 36% dos domicílios — um índice drasticamente superior à média da cidade. Mais do que isso, ao aplicar uma lente interseccional, o estudo demonstrou que os efeitos das desigualdades de gênero e raça se somam à vulnerabilidade social: mulheres negras em piores condições socioeconômicas apresentaram chance 7,5 vezes maior de sofrerem com a insegurança alimentar em comparação a outros grupos populacionais.

Em um segundo momento, que reflete a trajetória de recuperação nacional e o impacto da retomada das políticas públicas, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua para Belo Horizonte (2023 e 2024) — apurados pela Gerência de Indicadores da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, a pedido da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) — mostram uma melhora progressiva e consistente. Considerando esses dados, como pode ser observado no Gráfico 8, em 2023, Belo Horizonte apresentou índices de segurança alimentar melhores que os do estado de Minas Gerais e do Brasil. Em relação à insegurança alimentar, em seus três níveis, a capital mineira também apresenta resultados mais positivos que os obtidos pelo estado e o país.

Gráfico 8: Percentual da população em segurança e insegurança alimentar em Belo Horizonte, Minas Gerais e Brasil



Fonte: IBGE, PNAD-C; Org: GEIND/DIPL/SMPOG

A tabela abaixo, que detalha os dados populacionais por capital, reforça essa posição favorável: Belo Horizonte apresentou o menor percentual de população em algum nível de insegurança alimentar entre as capitais da região Sudeste e o quarto menor índice do país, comparado às demais capitais dos estados brasileiros.

Tabela 5: População por situação de insegurança alimentar no domicílio nas capitais estaduais (IBGE, 2023)

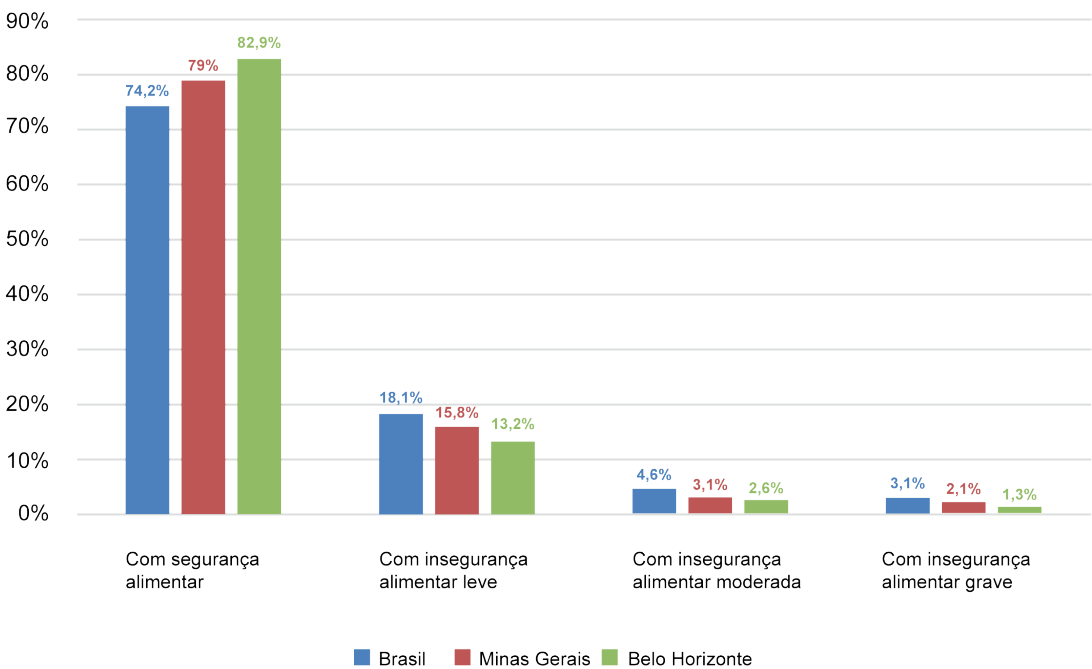
Capitais	Segurança alimentar	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave	Total	% População com insegurança alimentar
Aracaju (SE)	411.205	179.294	78.275	21.252	690.026	40,4
Belém (PA)	849.621	395.636	183.633	93.098	1.521.989	44,2
Belo Horizonte (MG)	2.121.036	324.173	60.975	43.708	2.549.891	16,8
Boa Vista (RR)	254.776	109.604	41.310	31.344	437.034	41,7
Brasília (DF)	2.382.003	512.340	159.419	127.549	3.181.311	25,1
Campo Grande (MS)	764.370	124.294	27.849	22.068	938.581	18,6
Cuiabá (MT)	421.058	134.890	52.970	25.489	634.407	33,6
Curitiba (PR)	1.603.210	314.667	40.954	38.814	1.997.645	19,7
Florianópolis (SC)	467.247	52.498	8.043	6.272	534.060	12,5
Fortaleza (CE)	1.761.805	635.982	183.298	150.885	2.731.970	35,5
Goiânia (GO)	1.336.981	184.461	35.120	43.620	1.600.181	16,4
João Pessoa (PB)	578.557	171.392	56.847	37.633	844.429	31,5
Macapá (AP)	391.021	72.280	43.444	37.649	544.394	28,2
Maceió (AL)	572.955	301.151	108.355	63.167	1.045.629	45,2
Manaus (AM)	1.432.523	614.649	157.589	135.378	2.340.139	38,8
Natal (RN)	704.494	158.203	32.259	15.840	910.796	22,7
Palmas (TO)	263.299	45.420	16.512	4.279	329.510	20,1
Porto Alegre (RS)	1.227.058	162.253	72.273	40.147	1.501.731	18,3
Porto Velho (RO)	529.641	25.273	4.977	10.135	570.026	7,1
Recife (PE)	1.012.852	443.509	100.101	121.541	1.678.003	39,6
Rio Branco (AC)	297.912	97.097	20.847	17.624	433.480	31,3
Rio de Janeiro (RJ)	5.532.273	990.516	190.062	123.244	6.836.095	19,1
Salvador (BA)	1.822.945	670.058	257.328	178.788	2.929.119	37,8
São Luís (MA)	740.337	234.316	106.247	50.218	1.131.118	34,5
São Paulo (SP)	9.427.549	2.225.959	505.944	395.301	12.554.753	24,9
Teresina (PI)	576.999	204.208	59.372	36.823	877.403	34,2
Vitória (ES)	319.792	39.262	13.013	15.367	387.435	17,5
Total das Capitais	37.803.520	9.423.384	2.617.016	1.887.235	51.731.155	26,9

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD-C; Organização: GEIND/SUPLOR/SMPOG/PBH

As informações mais recentes, elaboradas a partir dos micro dados do 3º trimestre de 2024, confirmam este cenário de recuperação, com 82,9% da população de Belo Horizonte em situação de segurança alimentar no período considerado. A insegurança alimentar em seus diferentes níveis atingia os seguintes percentuais:

- **Insegurança Alimentar Leve:** 13,2%
- **Insegurança Alimentar Moderada:** 2,6%
- **Insegurança Alimentar Grave:** 1,3%

Gráfico 9: Comparativo da Insegurança Alimentar (leve, moderada e grave) em Belo Horizonte, Minas Gerais e Brasil



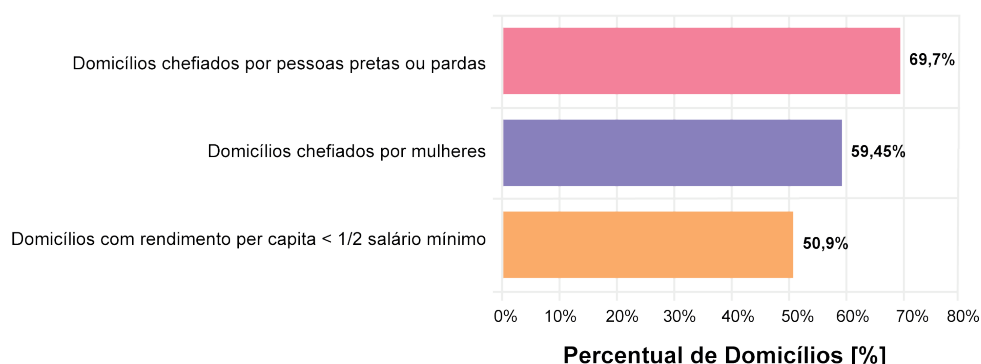
Fonte: PNAD-C, 3º Trimestre 2024

A análise comparativa da série histórica, conforme gráfico acima, reforça a posição favorável da capital. Belo Horizonte não apenas mantém, mas melhora seus indicadores em comparação com os indicadores estaduais e nacionais, apresentando um percentual de segurança alimentar superior e índices de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) inferiores tanto à média do estado de Minas Gerais quanto à média nacional.

A evidente discrepância entre os dados de 2022 (VIGISAN) e a trajetória observada em 2023 e 2024 (PNAD Contínua) não representa uma contradição, mas sim a narrativa da crise e da recuperação dos seus impactos negativos sob o ponto de vista da segurança alimentar e nutricional. Enquanto as pesquisas de 2022 expõem a profundidade da crise no seu auge, os dados subsequentes documentam o impacto positivo da retomada das políticas públicas e da melhoria econômica no período.

Ainda assim, a persistência da insegurança alimentar demanda atenção prioritária sobre os grupos mais vulnerabilizados. Nesse sentido, voltando a análise para a escala nacional, a própria PNAD Contínua de 2023 reforça essa necessidade ao revelar que a insegurança alimentar moderada ou grave é mais acentuada em determinados perfis de domicílios. O levantamento para o conjunto do Brasil aponta que lares chefiados por mulheres (59,4%) e por pessoas de cor ou raça preta ou parda (somando 69,7%) são desproporcionalmente afetados. Adicionalmente, o fator renda se mostra decisivo, já que em mais da metade (50,9%) dos domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave, o rendimento per capita era inferior a meio salário mínimo (Gráfico 10). Esses dados nacionais servem de alerta, indicando os perfis que demandam atenção prioritária também nas políticas locais.

Gráfico 10: Insegurança Alimentar no Brasil por grupos prioritários (recorte de gênero e raça)



Fonte: IBGE, PNAD Contínua 2023

Para aprofundar a análise sobre esses grupos mais vulneráveis com foco no município, o recém-lançado Indicador de Risco de Insegurança Alimentar Municipal (CadINSAN) oferece dados inéditos. Desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o indicador utiliza o Cadastro Único para estimar o percentual de famílias de baixa renda em risco de insegurança alimentar grave. Para a correta interpretação destes dados, é fundamental estabelecer uma distinção metodológica. Enquanto a PNAD Contínua utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para mensurar a experiência vivida de privação de alimentos — baseada em respostas diretas das famílias —, o CadINSAN opera com o conceito de risco probabilístico.

A metodologia aplica um modelo estatístico (regressão logística) sobre a base do CadÚnico para identificar famílias que possuem características como renda per capita, raça/cor da pessoa de referência, presença de crianças e território que são similares às daquelas que relataram fome na PNAD. Quando a probabilidade calculada de uma família estar em situação de Insegurança Alimentar Grave supera o limiar de 80%, ela é classificada como estando 'em risco'. Portanto, trata-se de uma ferramenta de gestão preditiva, essencial para localizar no território municipal onde a vulnerabilidade extrema torna a fome altamente provável, orientando a busca ativa e a focalização dos esforços.

Tabela 6: Famílias em risco de INSAN grave em municípios com mais de 100 mil famílias no CadÚnico

Município	UF	Número de famílias do CadÚnico	Nº de famílias em risco de INSAN grave	Proporção de famílias em risco INSAN grave em relação ao total de cadastradas
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	542.911	93.420	17,2%
Salvador	Bahia	316.407	85.682	27,1%
São Paulo	São Paulo	679.970	76.970	11,3%
Manaus	Amazonas	241.468	66.838	27,7%
Belém	Pará	174.455	61.835	35,4%
Fortaleza	Ceará	291.810	42.048	14,4%
Brasília	Distrito Federal	206.490	27.450	13,3%
Jaboatão dos Guararapes	Pernambuco	106.120	27.392	25,8%
Nova Iguaçu	Rio de Janeiro	124.514	25.811	20,7%
Recife	Pernambuco	133.594	23.687	17,7%
Maceió	Alagoas	110.941	20.842	18,8%
Duque de Caxias	Rio de Janeiro	115.624	20.832	18,0%
São Luís	Maranhão	108.468	20.464	18,9%
Belo Horizonte	Minas Gerais	127.248	18.742	14,7%
Guarulhos	São Paulo	104.045	12.012	11,5%

Fonte: (CadINSAN, jan/2024)

Os dados de janeiro de 2024 indicam que 14,7% das famílias de Belo Horizonte inseridas no Cadastro Único estão em risco de INSAN grave, o que corresponde a 18.742 lares (Tabela 6). Este dado, embora não seja diretamente comparável à PNAD Contínua por ter um universo de referência distinto, oferece um contraponto fundamental aos dados gerais da cidade. A aparente contradição — com Belo Horizonte apresentando um bom índice geral na PNAD e um risco elevado no CadINSAN — pode ser explicada por fatores distintos quando comparada ao cenário estadual e a outras metrópoles.

No que se refere à média de Minas Gerais (9,7%), conforme a tabela 7, a disparidade reflete a dinâmica demográfica do estado, que possui 853 municípios, sendo a maioria (75%) de pequeno porte. Essa pulverização faz com que a média estadual seja diluída entre centenas de pequenas cidades, muitas das quais apresentam menor incidência de bolsões de pobreza extrema concentrada em comparação à capital. Já a diferença observada em relação a outras grandes metrópoles, como São Paulo (11,3%), aponta para uma maior incidência, na base de dados local, de famílias que apresentam os marcadores de vulnerabilidade acompanhados pelo indicador. Isso sugere que a população cadastrada em Belo Horizonte possui uma composição proporcionalmente mais exposta aos fatores de risco monitorados, como o perfil da chefia familiar e a presença de estatística de insegurança alimentar grave dentro do modelo de cálculo do CadINSAN.

Para dimensionar este quadro no contexto nacional, o relatório do indicador mostra que os dados mais preocupantes se concentram em municípios das regiões Norte e Nordeste, onde diversas localidades superam os 30% de famílias em risco. Em casos extremos de precariedade estrutural ou fluxos migratórios acentuados, como o do município de Pacaraima (RR), essa taxa chega a 43,4%. Assim, o CadINSAN confirma, com base em dados dos municípios, o alerta levantado pela PNAD nacional e por diversos estudos: apesar da melhora nos indicadores gerais, a insegurança alimentar grave permanece concentrada nos grupos de maior vulnerabilidade social.

Nesse cenário, observa-se uma forte colinearidade entre residir em territórios periféricos — como vilas, favelas e aglomerados —, a situação de pobreza e a autodeclaração de raça/cor preta ou parda. Nesses territórios, a precarização das condições de vida tende a se aprofundar, potencializando o risco de Insegurança Alimentar e Nutricional. O indicador se torna, portanto, uma ferramenta estratégica para localizar e dimensionar os desafios mais urgentes para a política de SAN no município, apontando para a necessidade de ações focalizadas de busca ativa e proteção social nessas áreas e populações.

Tabela 7: Famílias em risco de INSAN grave por UF

UF	Número de famílias do CadÚnico	Nº de famílias em risco de INSAN grave	Proporção de famílias em risco de INSAN grave em relação ao total no CadÚnico
Bahia	2.301.397	343.084	14,9%
Rio de Janeiro	1.723.117	271.877	15,8%
Pará	1.113.410	267.397	24,0%
São Paulo	2.725.224	244.132	9,0%
Pernambuco	1.544.753	211.534	13,7%
Minas Gerais	1.791.655	173.549	9,7%
Ceará	1.271.487	164.778	13,7%
Amazonas	545.996	129.328	9,7%
Maranhão	960.582	125.100	13,0%
Paraíba	613.016	74.944	12,2%
Goiás	634.656	71.266	11,2%
Piauí	524.285	62.020	11,8%
Alagoas	468.433	58.856	12,6%
Rio Grande	449.881	56.991	12,7%

Fonte: (CadINSAN, jan/2024)

Por fim, é importante ressaltar que a insegurança alimentar, mesmo em seus níveis leve e moderado, não representa apenas diferentes graus de privação de alimentos, mas constitui um fator de risco para uma série de agravos à saúde. Estudos longitudinais em nível nacional e internacional demonstram consistentemente que populações em situação de insegurança alimentar apresentam maior prevalência e incidência de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, decorrentes de uma dieta de baixa qualidade nutricional, rica

em ultraprocessados. Além disso, a incerteza e o estresse associados à falta de acesso regular ao alimento estão fortemente relacionados ao desenvolvimento de quadros de depressão, ansiedade e distúrbios do sono.

4.2.2. O custo de vida e o acesso econômico aos alimentos

O custo dos alimentos é um dos principais determinantes do acesso à alimentação saudável, e sua análise revela o poder de compra real das famílias. Para a população de baixa renda, a flutuação no preço da cesta básica tem um impacto direto e imediato, sendo um indicador sensível da conjuntura econômica.

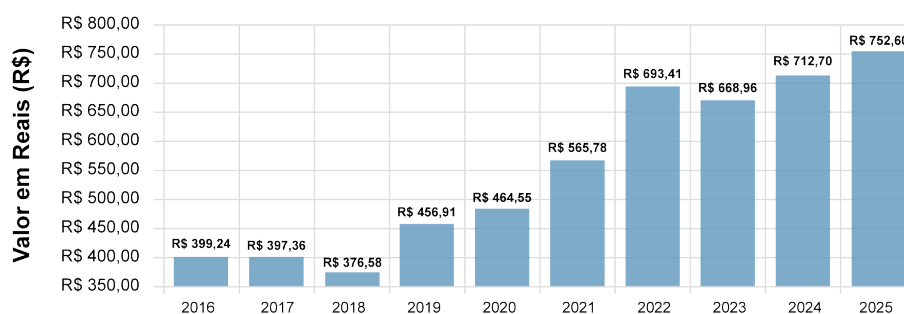
É importante destacar a composição desta cesta, cujas quantidades foram definidas pelo Decreto-Lei nº 399 de 1938 e são adaptadas por regiões pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Para Belo Horizonte, que segue a metodologia da "Região 1", a cesta básica mensal para um trabalhador adulto é composta pelos seguintes 13 produtos e suas respectivas quantidades:

- **Carne:** 6 kg
- **Leite:** 7,5 L
- **Feijão:** 4,5 kg
- **Arroz:** 3 kg
- **Farinha:** 1,5 kg
- **Batata:** 6 kg
- **Legumes:** 9 kg
- **Pão Francês:** 6 kg
- **Café em Pó:** 600 g
- **Frutas:** 90 unidades
- **Açúcar:** 3 kg
- **Banha/Óleo:** 750 g
- **Manteiga:** 750 g

Em Belo Horizonte, a análise da série histórica da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo DIEESE, revela uma pressão constante e crescente sobre o orçamento familiar. O Gráfico 11, que consolida os dados para o mês de abril de cada ano, ilustra uma trajetória de alta acentuada entre 2019 e 2022, atingindo um pico neste último ano. Após um período de relativa estabilização e queda em 2023, observa-se uma nova tendência de alta a partir de 2024, com o custo da cesta atingindo um novo patamar em abril de 2025 (R\$ 752,60).

Gráfico 11: Custo da cesta básica em Belo Horizonte

Evolução do Gasto Mensal no Mês de Abril (2016-2025)



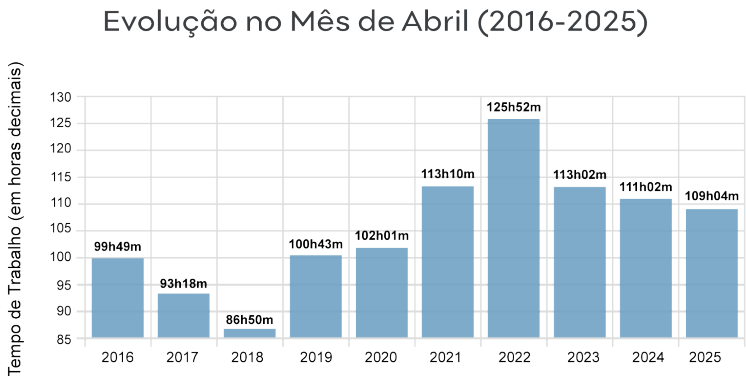
Fonte: DIEESE

Nota: tomada especial de preços a partir de abril de 2020.

Segundo as análises do próprio DIEESE, grande parte das causas por trás dessa dinâmica de preços transcende a esfera da governança municipal e a alçada das políticas locais de segurança alimentar e nutricional. A entidade aponta que a variação é resultado de uma complexa combinação de fatores macroestruturais. Entre os principais motivos estão as questões climáticas, como o excesso de chuvas em regiões produtoras e a estiagem em outras, além de outros fatores naturais que prejudicam as safras e reduzem a oferta de produtos como batata, arroz e feijão. Soma-se a isso a conjuntura econômica nacional e internacional, como a valorização do dólar, que encarece insumos agrícolas importados (fertilizantes e defensivos) e, ao mesmo tempo, estimula a exportação de commodities, diminuindo a oferta de alimentos no mercado interno. Fatores sazonais, como os períodos de entressafra, também contribuem para os picos de preço observados, evidenciando que o município, embora sofra os impactos, possui controle limitado sobre as origens do problema.

Importa observar que essa dinâmica de preços dos alimentos da cesta básica se traduz diretamente no tempo de trabalho que um indivíduo que ganha um salário mínimo precisa dedicar para adquirir esses produtos essenciais. Segundo o DIEESE, em abril de 2025, o trabalhador belo-horizontino necessitava de aproximadamente 109 horas e 04 minutos de trabalho para comprar a cesta básica (Gráfico 12). Este dado evidencia como a pressão inflacionária sobre os alimentos básicos impacta negativamente o poder de compra da população e contribui para jornadas de trabalho mais exaustivas para viabilizar o acesso ao alimento por parte daquelas faixas com menor renda.

Gráfico 12: Custo da cesta básica em Belo Horizonte em tempo de trabalho necessário

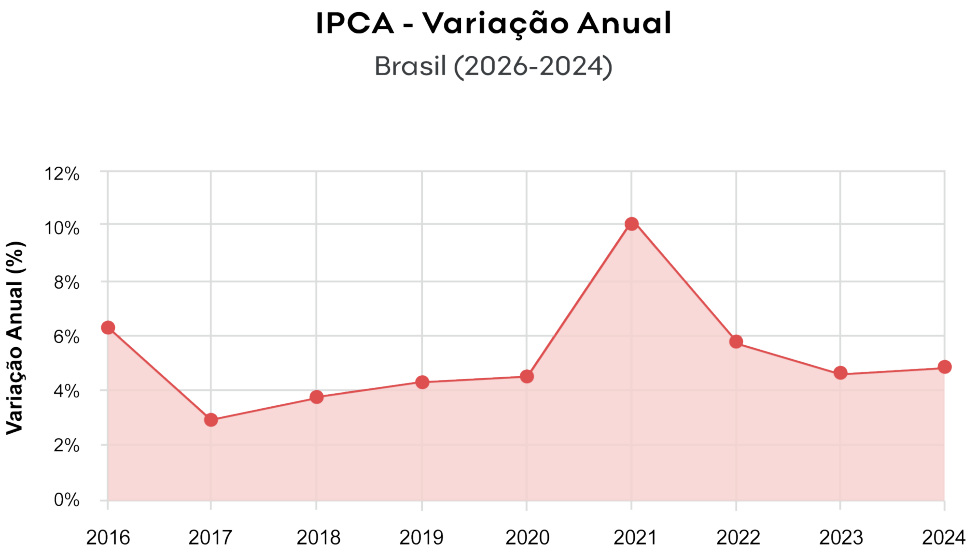


Fonte: DIEESE

Nota: Referentes ao salário mínimo. Tomada especial de preços a partir de abril de 2020.

Complementando a análise, a trajetória do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, revela as pressões que atuam sobre o custo de vida geral. De acordo com as análises do próprio IBGE, a dinâmica apresentada no Gráfico 13 é resultado de diferentes forças. O pico inflacionário de 2022, por exemplo, foi impulsionado não apenas pela alta dos alimentos, mas também pela forte pressão do grupo de Transportes, devido ao aumento nos preços dos combustíveis, e pelos reajustes em itens de Saúde e Cuidados Pessoais. Já a desaceleração observada em 2023 esteve associada, em grande medida, à queda no preço dos combustíveis e à melhora na oferta de certos produtos alimentícios, o que se refletiu na estabilização da cesta básica. Contudo, o controle inflacionário permanece um desafio constante, pois a resiliência de preços em setores essenciais, como Habitação (influenciado por tarifas de energia elétrica) e Serviços, demonstra que o poder de compra das famílias continua sob ameaça de múltiplos fatores, tornando a garantia da segurança alimentar uma tarefa complexa.

Gráfico 13: Evolução do IPCA e IPCA-Alimentos na região metropolitana de Belo Horizonte

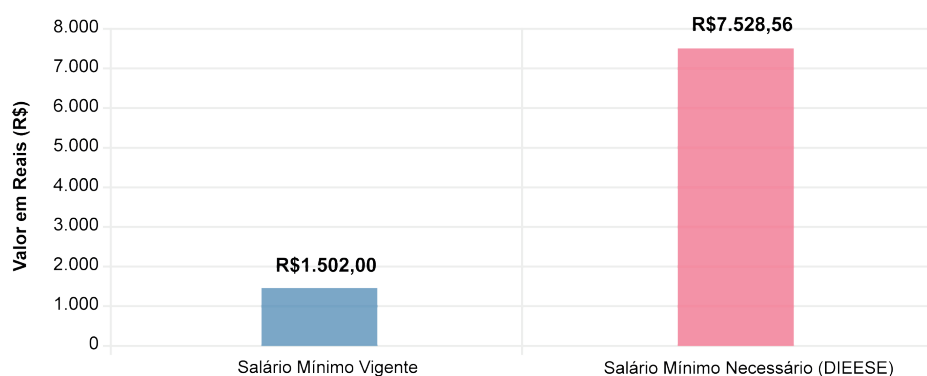


Fonte: IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor

A situação se agrava quando se considera que o salário mínimo necessário para suprir as despesas de uma família de quatro pessoas, conforme cálculo do DIEESE, foi estimado em R\$7.528,56 em maio de 2025, quase cinco vezes o valor do salário mínimo vigente (Gráfico 14). Essa disparidade atinge o núcleo do que define a Segurança Alimentar e Nutricional: o direito de se alimentar adequadamente sem que isso comprometa o acesso a outras necessidades essenciais, como moradia, saúde e transporte. A insuficiência da renda, portanto, é um motor direto da insegurança alimentar.

Gráfico 14: Comparativo do salário mínimo vigente x necessário

Maio de 2025



Fonte: DIEESE

Nota: o Salário Mínimo vigente considerado é de R\$ 1.502,00 para 2025.

Além da barreira imposta pelo custo dos alimentos essenciais monitorados na Cesta Básica — que, embora inclua itens in natura como frutas e legumes, baseia-se em uma lista fixa de 13 produtos definida na década de 1930 —, a garantia de uma alimentação que atenda plenamente às diretrizes nutricionais contemporâneas apresenta um desafio econômico adicional. O custo de uma Dieta Saudável, indicador monitorado pela FAO, considera a diversidade de grupos alimentares necessária para suprir todas as exigências de macro e micronutrientes, prevenindo a má nutrição em todas as suas formas.

O relatório "Panorama Regional da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe 2024" (FAO) revela que, em 2022, 25,3% da população brasileira não tinha condições financeiras de arcar com esse padrão de dieta (Tabela 8). Esse dado reflete como a perda do poder de compra empurra as famílias para escolhas alimentares mais baratas e menos diversificadas, muitas vezes ricas em ultraprocessados, em detrimento da variedade de frescos exigida para uma saúde plena.

Para dar concretude a essa barreira econômica, é preciso traduzir o indicador internacional. O custo de uma dieta saudável no Brasil foi calculado em \$4,25 dólares por pessoa/dia em 2022 (em Paridade de Poder de Compra - PPC). Convertendo esse valor para a realidade monetária da época (considerando o fator de conversão PPC do Banco Mundial para o Brasil em 2022, de aproximadamente 2,57), o custo diário girava em torno de R\$10,92 por pessoa.

Ao projetar esse custo para uma família de quatro pessoas durante um mês (30 dias), o gasto necessário seria de aproximadamente R\$1.310,40 — enquanto que o salário mínimo nacional no Brasil em 2022 era de R\$1.212,00. Ou seja, o custo estrito de uma alimentação saudável e diversificada para uma família de quatro pessoas superava, sozinho, o valor integral do salário mínimo nacional naquele ano.

Soma-se a isso a trajetória de alta deste indicador, medido em dólares por paridade de poder de compra (PPC), passando de \$3,22 por pessoa/dia em 2017 para \$4,25 em 2022 (Tabela 9), um valor ligeiramente inferior à média da América do Sul (\$4,29) no mesmo ano. Esses dados reforçam que, para além da inflação de alimentos básicos, o custo de uma alimentação nutricionalmente adequada representa uma barreira estrutural para uma parcela significativa da população.

Tabela 8: População brasileira sem condições de arcar com uma dieta saudável

TABLE A-13

Affordability of a healthy diet

	Proportion of the population unable to afford a healthy diet (percent)						Number of people unable to afford a healthy diet (millions)					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2017	2018	2019	2020	2021	2022
World	40.3	38.0	36.4	37.9	36.4	35.4	3 062.3	2 916.1	2 823.4	2 968.0	2 876.4	2 826.3
Latin America and the Caribbean	29.2	28.4	27.8	28.9	30.1	27.7	185.5	181.8	180.0	188.1	197.2	182.9
Caribbean	47.2	45.9	46.1	49.5	50.1	50.0	20.4	19.9	20.1	21.8	22.1	22.2
Mesoamerica	30.7	29.8	27.9	31.9	27.7	26.3	52.6	51.5	48.9	56.3	49.1	47.1
South America	26.7	26.0	25.9	25.5	29.0	26.0	112.5	110.3	111.0	110.1	126.0	113.6
Antigua and Barbuda	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Argentina	8.6	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	3.8	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.
Aruba	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Bahamas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Barbados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Belize	65.6	65.5	62.8	69.9	65.6	61.8	0.2	0.3	0.2	0.3	0.3	0.3
Bolivia (Plurinational State of)	14.3	13.0	9.6	10.8	8.9	8.5	1.6	1.5	1.1	1.3	1.1	1.0
Brazil	27.4	26.6	26.3	19.8	30.2	25.3	57.2	56.0	55.7	42.1	64.7	54.4
British Virgin Islands	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cayman Islands	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Chile	48.1	46.1	46.0	50.3	42.5	40.4	8.8	8.6	8.8	9.7	8.3	7.9
Colombia	31.7	31.6	32.7	41.2	37.9	36.6	15.3	15.6	16.4	21.0	19.5	19.0
Costa Rica	14.3	15.1	15.2	20.9	15.1	15.9	0.7	0.8	0.8	1.1	0.8	0.8
Cuba	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Curaçao	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dominica	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dominican Republic	26.9	23.4	21.8	25.7	26.1	24.8	2.9	2.5	2.4	2.8	2.9	2.8
Ecuador	23.1	23.9	24.8	30.4	27.2	25.9	3.9	4.1	4.3	5.3	4.8	4.7
El Salvador	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Grenada	19.6	19.1	18.8	23.2	22.2	21.1	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1
Guatemala	46.7	46.5	45.6	48.0	44.9	43.9	7.7	7.8	7.8	8.3	7.9	7.8
Guyana	41.3	41.0	39.2	22.6	16.9	9.4	0.3	0.3	0.3	0.2	0.1	0.1
Haiti	77.4	77.9	79.4	81.5	82.4	83.6	8.4	8.6	8.9	9.2	9.4	9.7
Honduras	39.8	39.0	38.7	43.4	38.9	39.0	3.8	3.8	3.9	4.4	4.0	4.1
Jamaica	19.2	17.1	18.2	23.6	23.1	22.1	0.5	0.5	0.5	0.7	0.7	0.6
Mexico	28.3	27.1	24.6	28.6	24.2	22.5	34.8	33.6	30.8	36.0	30.7	28.7
Nicaragua	25.0	26.9	29.2	30.6	26.8	27.3	1.6	1.8	1.9	2.1	1.8	1.9
Panama	42.3	40.1	39.4	49.9	45.1	43.5	1.7	1.7	1.7	2.1	2.0	1.9
Paraguay	24.0	22.3	22.0	24.7	24.6	24.1	1.5	1.4	1.4	1.6	1.6	1.6
Peru	33.5	30.4	28.9	42.9	33.9	33.6	10.6	9.8	9.5	14.3	11.4	11.5
Saint Kitts and Nevis	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Saint Lucia	8.5	8.5	8.6	12.4	9.7	8.5	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1	<0.1
Saint Vincent and the Grenadines	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sint Maarten (Dutch part)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Suriname	19.6	18.6	18.9	24.8	25.9	25.5	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2
Trinidad and Tobago	32.0	33.0	33.3	38.1	39.2	39.1	0.5	0.5	0.5	0.6	0.6	0.6
Turks and Caicos Islands	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Uruguay	31.1	32.6	33.3	38.2	37.8	36.1	1.1	1.1	1.1	1.3	1.3	1.2
Venezuela (Bolivarian Republic of)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: FAO, 2023. FAOSTAT: Cost and Affordability of a Healthy Diet (CoAHD). In: FAO. Rome.

Tabela 9: Custo diário de uma dieta saudável per capita em dólares

TABLE A-14

Cost of a healthy diet (PPP dollars per person per day)

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
World	3.13	3.17	3.25	3.35	3.56	3.96
Latin America and the Caribbean	3.61	3.68	3.76	3.87	4.08	4.56
Caribbean	4.03	4.16	4.27	4.41	4.63	5.16
Mesoamerica	3.24	3.30	3.37	3.42	3.60	4.05
South America	3.42	3.44	3.52	3.61	3.84	4.29
Antigua and Barbuda	3.93	4.11	4.20	4.31	4.48	4.97
Argentina	3.32	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.
Aruba	3.47	3.68	3.97	4.09	4.20	4.71
Bahamas	4.28	4.39	4.36	4.49	4.66	5.41
Barbados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Belize	2.51	2.55	2.60	2.66	2.83	3.10
Bolivia (Plurinational State of)	3.50	3.60	3.72	3.70	3.87	4.20
Brazil	3.22	3.21	3.30	3.53	3.84	4.25
British Virgin Islands	3.53	3.37	3.59	3.52	3.74	3.80
Cayman Islands	3.58	3.52	3.32	3.56	3.72	3.83
Chile	3.38	3.52	3.66	3.79	3.86	4.54
Colombia	2.84	2.87	2.95	3.15	3.34	4.13
Costa Rica	3.54	3.57	3.67	3.55	3.67	4.27
Cuba	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Curaçao	3.02	3.15	3.31	3.41	3.68	4.10
Dominica	4.30	4.46	4.56	4.67	4.91	5.32
Dominican Republic	3.33	3.41	3.54	3.67	3.91	4.31
Ecuador	2.50	2.52	2.56	2.62	2.72	2.99
El Salvador	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Grenada	4.52	4.65	4.72	4.87	5.12	5.70
Guatemala	2.43	2.58	2.73	2.85	3.00	3.31
Guyana	4.63	4.74	4.83	4.89	5.12	5.53
Haiti	3.93	4.07	4.28	4.49	4.81	5.26
Honduras	3.63	3.69	3.68	3.77	3.89	4.37
Jamaica	4.94	5.08	5.29	5.52	5.82	6.42
Mexico	2.90	2.97	2.98	3.07	3.29	3.89
Nicaragua	3.67	3.73	3.77	3.84	4.07	4.61
Panama	3.99	4.03	4.13	4.22	4.42	4.82
Paraguay	3.68	3.77	3.78	3.81	4.15	4.70
Peru	3.28	3.26	3.30	3.33	3.55	4.00
Saint Kitts and Nevis	3.35	3.55	3.70	3.80	3.94	4.58
Saint Lucia	3.44	3.59	3.71	3.79	3.87	4.15
Saint Vincent and the Grenadines	4.34	4.45	4.51	4.68	4.94	5.56
Sint Maarten (Dutch part)	4.46	4.79	4.81	4.90	5.23	5.50
Suriname	4.42	4.65	4.75	5.11	5.42	5.82
Trinidad and Tobago	3.91	4.01	4.07	4.21	4.51	5.08
Turks and Caicos Islands	2.81	2.90	2.97	3.07	3.23	3.55
Uruguay	2.87	2.96	3.04	3.19	3.31	3.64
Venezuela (Bolivarian Republic of)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: FAO. 2024. FAOSTAT: Cost and Affordability of a Healthy Diet (CoAHD).

4.3. A dimensão da disponibilidade: mapeando desertos e pântanos alimentares em Belo Horizonte

A análise do acesso aos alimentos em Belo Horizonte deve avançar para além da renda individual, incorporando sua dimensão territorial. Esta abordagem espacial é essencial, pois a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) não depende apenas da capacidade de compra, mas

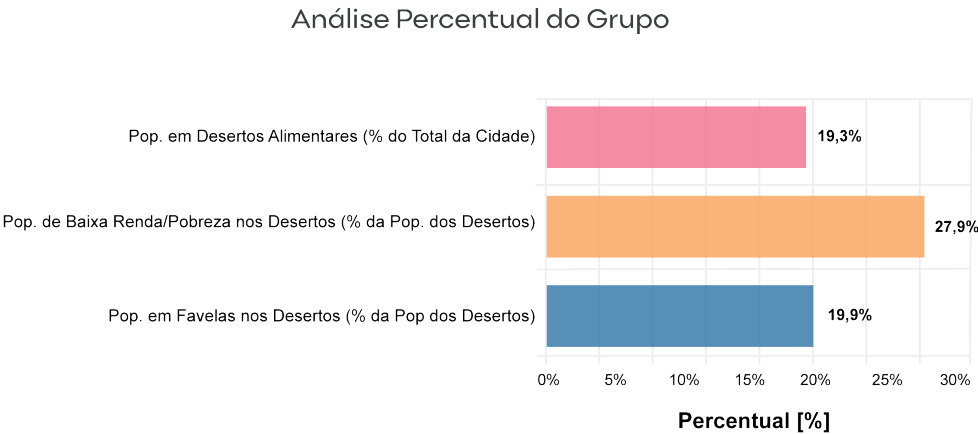
também da presença física de opções alimentares no entorno onde as pessoas vivem. Esta perspectiva dá origem aos conceitos de desertos e pântanos alimentares, que mapeiam a geografia da oferta de alimentos na cidade. Antes de apresentar os dados específicos para o município, é essencial conceituar esses termos.

Os desertos alimentares são definidos como áreas geográficas caracterizadas pela escassez ou ausência de estabelecimentos que comercializam alimentos frescos e saudáveis, como supermercados, feiras livres ou sacolões. Nesses territórios, os moradores enfrentam barreiras físicas, como longas distâncias, para adquirir uma dieta nutritiva. Em contrapartida, os pântanos alimentares são regiões onde há uma alta densidade e predominância de estabelecimentos que vendem alimentos ultraprocessados, de baixo valor nutricional e alta densidade calórica, como lojas de conveniência e redes de *fast-food*. Nesses ambientes, a escolha por alimentos não saudáveis é constantemente incentivada pela sua ampla disponibilidade e visibilidade.

A preocupação com os ambientes alimentares no município não é recente, sendo objeto de estudos acadêmicos locais, como a tese de Honório (2020), que já apontava para a distribuição desigual de estabelecimentos de alimentos saudáveis e não saudáveis, correlacionando os desertos alimentares a áreas de maior vulnerabilidade social.

Um novo e detalhado mapeamento — coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDS) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), envolvendo uma ampla colaboração de pesquisadores de diversas instituições, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) — oferece um panorama atualizado desta realidade em Belo Horizonte (MDS, 2024).

Gráfico 15: População de Belo Horizonte em Desertos Alimentares



Fonte: Mapeamento dos desertos e pântanos alimentares no Brasil (MDS)

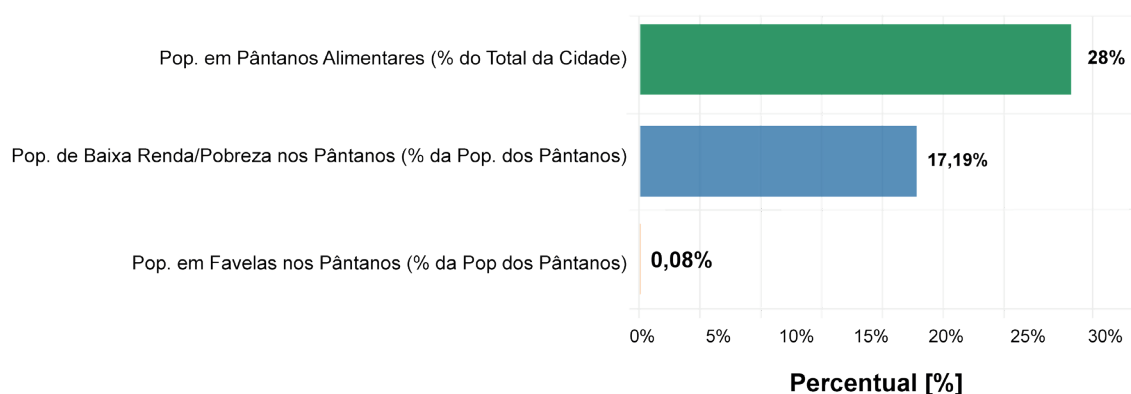
Nota: os percentuais têm bases de cálculo distintas, conforme descrito nos rótulos

No que diz respeito aos desertos alimentares (Gráfico 15), o estudo revela que 19,3% da população total do município reside nessas áreas. A desigualdade territorial se torna ainda mais evidente no recorte de renda: 27,9% da população de baixa renda ou em situação de pobreza vive em desertos,

uma proporção significativamente maior que a média. A vulnerabilidade se aprofunda em territórios de favelas, onde 19,9% dos moradores enfrentam a mesma carência.

Já os pântanos alimentares (Gráfico 16), onde a oferta de ultraprocessados é massiva, abrangem 28% da população total. Curiosamente, a proporção da população de baixa renda vivendo nessas áreas é menor (17,19%), o que pode indicar dinâmicas de mercado complexas nesses territórios, em que a presença de pântanos em áreas de favelas é mínima, afetando apenas 0,08% dos moradores desses locais.

Gráfico 16: População de Belo Horizonte em Pântanos Alimentares



Fonte: Plataforma Alimenta Cidades

Essa análise conecta diretamente a configuração do varejo alimentar na cidade à vulnerabilidade social e nutricional. A existência desses territórios demonstra que a garantia do DHAA está condicionada ao ambiente alimentar, reforçando a necessidade de políticas públicas que articulem Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), planejamento urbano e desenvolvimento econômico para transformar esses espaços e promover o acesso universal a alimentos saudáveis.

4.3.1. A dimensão climática: vulnerabilidades e riscos para o sistema alimentar de Belo Horizonte

A segurança alimentar de Belo Horizonte está intrinsecamente ligada a fatores que transcendem suas fronteiras geográficas, sendo a crise climática um dos fatores mais determinantes. Como grande centro urbano, o município depende do abastecimento proveniente de diversas regiões produtoras, que estão cada vez mais expostas a eventos climáticos extremos. A irregularidade das chuvas, com períodos de estiagem prolongada seguidos por precipitações de alta intensidade, bem como as ondas de calor, impactam diretamente a produtividade agrícola do cinturão verde metropolitano e de outras áreas fornecedoras para a capital.

Essa vulnerabilidade se materializa de forma concreta na flutuação dos preços dos alimentos, como já apontado pela análise da cesta básica do DIEESE. Quebras de safra de itens essenciais como feijão, arroz e hortaliças,

decorrentes de secas ou enchentes, geram uma pressão inflacionária que é sentida de forma desproporcional pelas populações mais vulneráveis. Para as mais de 18 mil famílias em risco de insegurança alimentar grave no município, identificadas pelo CadINSAN, essa instabilidade representa a diferença entre ter ou não o alimento na mesa. Desta forma, a construção de um sistema alimentar resiliente e sustentável, que fortaleça a agricultura urbana e periurbana e diversifique os canais de abastecimento, emerge como uma necessidade estratégica não apenas ambiental, mas fundamentalmente social e de saúde pública.

4.4. A dimensão do consumo e da utilização biológica: a dupla carga da má Nutrição

4.4.1. O perfil nutricional da população de Belo Horizonte

A análise do estado nutricional da população é um componente essencial para compreender a dimensão da utilização biológica dos alimentos e os desfechos de saúde relacionados à alimentação. Para traçar um diagnóstico preciso desta dimensão em Belo Horizonte, esta seção se debruça sobre os dados antropométricos mais recentes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), consolidados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMSA). A análise seguirá uma abordagem do ciclo de vida, examinando as tendências e os desafios nutricionais para os seguintes grupos populacionais: crianças (de 0 a 10 anos), adolescentes, adultos e idosos. O fio condutor da análise será o conceito da "dupla carga da má nutrição" — a coexistência da desnutrição e do excesso de peso —, buscando identificar como este fenômeno se manifesta e evolui em cada fase da vida no município, de modo a subsidiar políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

O acompanhamento nutricional na primeira infância é fundamental, pois os padrões estabelecidos nesta fase podem ter repercussões por toda a vida. Os dados para Belo Horizonte demonstram que os desafios nutricionais se manifestam e se transformam rapidamente ao longo dos primeiros anos.

Tabela 10: Classificação do estado nutricional segundo o indicador Peso para a Idade - crianças de 0 a 6 meses

Crianças entre 0 a 6 meses									
Ano	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
2024	100	2.03	215	4.37	4.421	89.8	187	3.8	4.923
2023	135	1.7	325	4.1	7.147	90.26	311	3.93	7.918
2022	160	2.13	307	4.09	6.766	90.19	269	3.59	7.502
2021	138	1.93	269	3.75	6.462	90.16	298	4.16	7.167

Fonte: SISVAN-BH 2021-2024

Crianças de 0 a 6 meses: Nesta faixa etária, a análise dos dados do SISVAN, referentes ao público atendido pela rede de saúde municipal, indica que, embora a grande maioria das crianças (89,8% em 2024) apresente peso adequado para a idade, os sinais da presença da dupla carga da má nutrição já

são evidentes. Os dados mostram que 6,4% das crianças apresentaram baixo peso ou muito baixo peso para a idade em 2024. Simultaneamente, 3,8% dos lactentes neste mesmo grupo já se encontravam com peso elevado, indicando que a exposição a fatores de risco para o excesso de peso pode ocorrer de forma muito precoce.

Tabela 11: Classificação do estado nutricional segundo o indicador Peso para a Idade - crianças de 6 meses a 2 anos

Crianças entre 6 meses a 2 anos									
Ano	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
2024	144	1.25	357	3.09	10.200	88.27	855	7.4	11.556
2023	189	1.17	460	2.85	14.516	90	963	5.97	16.128
2022	137	0.91	399	2.64	13.652	90.24	940	6.21	15.128
2021	118	0.82	337	2.35	12.839	89.55	1.043	7.27	14.337

Fonte: SISVAN-BH 2021-2024

Crianças de 6 meses a 2 anos: Esta fase, que compreende a introdução alimentar, se mostra um período de considerável risco de vulnerabilidade nutricional para as crianças atendidas pela rede de saúde de Belo Horizonte. Os dados do SISVAN para este público específico revelam, no quadriênio 2021-2024, uma leve oscilação para cima no percentual de baixo peso (soma de "peso muito baixo" e "peso baixo"), que passou de 3,17% em 2021 para 4,34% em 2024. Em paralelo, o peso elevado para a idade atingiu 7,4% em 2024, um dos maiores valores da série histórica para este grupo. A coexistência de um déficit de peso com uma alta prevalência de excesso de peso caracteriza este como um período de intensificação da dupla carga da má nutrição dentro deste recorte populacional.

Tabela 12: Classificação do estado nutricional segundo o indicador Peso para a Idade - crianças de 2 a 5 anos

Crianças entre 2 a 5 anos									
Ano	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
2024	305	1.2	779	3.05	22.248	87.17	2.190	8.58	25.522
2023	324	1.25	764	2.95	22.616	87.31	2.199	8.49	25.903
2022	261	1.14	641	2.8	19.975	87.23	2.022	8.83	22.899
2021	218	1.13	589	3.04	16.251	83.94	2.303	11.9	19.361

Fonte: SISVAN-BH 2021-2024

Crianças de 2 a 5 anos: Na idade pré-escolar, o excesso de peso se consolida como o principal agravo nutricional entre o público atendido pela rede de saúde municipal. Embora tenha havido uma redução importante após um pico de 11,9% em 2021, o indicador registrado no SISVAN para 2024 permanece em 8,58%.

Embora este dado não seja representativo da totalidade da população do município, ele é um indicador de alta relevância, pois reflete a realidade do público que utiliza o SUS. Considerando que as metas da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam para a contenção do sobrepeso infantil em patamares inferiores a 7%, o índice observado no SISVAN sinaliza um desafio de saúde pública significativo dentro deste grupo populacional. Enquanto isso, a prevalência de baixo peso se mantém estável, afetando 4,25% do grupo no mesmo ano. Este cenário evidencia que, à medida que a criança cresce, o lado do excesso de peso na balança da má nutrição se torna mais proeminente.

Tabela 13: Classificação do estado nutricional segundo o indicador Peso para a Idade - crianças de 5 a 10 anos

Crianças entre 5 a 10 anos									
Ano	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
2024	389	1.27	825	2.69	25.829	84.35	3.580	11.69	30.623
2023	393	1.15	879	2.57	28.611	83.54	4.364	12.74	34.247
2022	351	1.14	755	2.44	25.462	82.38	4.339	14.04	30.907
2021	290	1.18	611	2.48	19.502	79.2	4.222	17.15	24.625

Fonte: SISVAN-BH 2021-2024

Crianças de 5 a 10 anos: Ao ingressar na idade escolar, o perfil nutricional das crianças de 5 a 10 anos atendidas pela rede de saúde municipal revela que o excesso de peso se consolida como o mais proeminente desafio para esta faixa etária. O ano de 2021, que reflete os impactos da pandemia, registrou a maior prevalência de peso elevado da série histórica (17,15%). Contudo, os anos subsequentes demonstram uma trajetória consistente de queda, com o índice recuando para 11,69% em 2024, o menor patamar do período analisado. Apesar da melhora expressiva, a prevalência atual de excesso de peso ainda é elevada, significando que mais de uma em cada dez crianças neste grupo atendido enfrenta riscos aumentados para o desenvolvimento de doenças crônicas. Em paralelo, a condição de baixo peso para a idade manteve-se relativamente estável, atingindo 3,96% em 2024. A persistência deste quadro, ao lado da elevada taxa de excesso de peso, reforça o diagnóstico da dupla carga da má nutrição neste público específico.

Tabela 14: Classificação do estado nutricional (IMC) de Adolescentes

Adolescentes													
Ano	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Sobrepeso		Obesidade		Obesidade Grave		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
2024	233	1.48	529	3.37	9.310	59.27	3.071	19.55	1.876	11.94	689	4.39	15.708
2023	304	1.32	772	3.34	13.603	58.9	4.408	19.09	2.946	12.76	1.062	4.6	23.095
2022	289	1.3	715	3.22	13.039	58.71	4.338	19.53	2.854	12.85	975	4.39	22.210
2021	253	1.33	568	2.98	10.409	54.68	3.889	20.43	2.817	14.8	1.101	5.78	19.037

Fonte: SISVAN-BH 2021-2024

Adolescentes: A adolescência é um período de grande vulnerabilidade nutricional, mas também uma janela de oportunidade para a consolidação de hábitos saudáveis. Os dados do SISVAN para os adolescentes atendidos pela rede de saúde de Belo Horizonte indicam a alta prevalência do excesso de peso como um desafio central.

A série histórica mostra que, em 2021, ano que reflete os impactos da pandemia, o município registrou o maior índice de excesso de peso para este grupo, com 41% dos adolescentes apresentando sobrepeso, obesidade ou obesidade grave. Nos anos seguintes, observa-se uma tendência consistente de melhora, com o indicador recuando para 35,9% em 2024.

Embora a redução seja positiva e acompanhada pela recuperação do percentual de eutrofia (de 54,7% para 59,3% no mesmo período), a prevalência atual ainda demanda atenção. O fato de mais de um terço dos adolescentes neste grupo específico apresentar peso acima do adequado representa um risco aumentado para a saúde presente e futura. Em contrapartida, no outro extremo da dupla carga, a prevalência de magreza e magreza acentuada permaneceu como um desafio relevante, registrando 4,31% em 2021 e 4,85% em 2024. Este dado indica que, embora o excesso de peso seja o agravo principal, os desafios relacionados à desnutrição demandam atenção contínua.

Tabela 15: Classificação do estado nutricional (IMC) de Adultos

Adultos													
Ano	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade Grau I		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
2024	1.307	2.44	14.141	26.37	16.358	30.51	11.856	22.11	5.947	11.09	4.013	7.48	53.622
2023	1.924	2.25	21.377	25.01	26.232	30.68	19.435	22.73	9.922	11.61	6.600	7.72	85.490
2022	1.834	2.27	21.004	25.95	24.841	30.7	18.281	22.59	9.023	11.15	5.945	7.35	80.928
2021	1.452	2.05	16.506	23.27	20.914	29.48	16.432	23.16	9.005	12.69	6.629	9.34	70.938

Fonte: SISVAN-BH 2021-2024

Adultos: A análise da população adulta atendida pela rede municipal de saúde revela que o excesso de peso é o agravo nutricional mais proeminente, representando um desafio relevante para a saúde pública que demanda esforços intersetoriais.

Os dados do quadriênio 2021-2024 apontam para um quadro de estabilização em patamares elevados. A prevalência total de excesso de peso (sobrepeso + obesidade) oscilou de 74,7% em 2021 para 71,2% em 2024, indicando uma estabilidade no período. Isso significa que cerca de 7 em cada 10 adultos neste grupo específico estão acima do peso considerado saudável, enquanto apenas 26,4% se encontram na faixa de eutrofia.

É importante ressaltar que esses dados do SISVAN não são diretamente comparáveis aos de inquéritos de base populacional. Contudo, a comparação com a pesquisa Vigitel 2023 serve como um importante ponto de referência. A prevalência de excesso de peso na população atendida pela rede municipal (71,2%) é consideravelmente superior à média estimada para a população geral de Belo Horizonte (57,9%). Este fato sugere que a vulnerabilidade ao excesso de peso é ainda mais acentuada entre os usuários do sistema público de saúde.

Completando o quadro da dupla carga, a prevalência de baixo peso entre os adultos atendidos, embora minoritária, oscilou no período, passando de 2,05% em 2021 para 2,44% em 2024. A coexistência deste indicador com os altos patamares de excesso de peso ilustra a complexidade do cenário nutricional.

Tabela 16: Classificação do estado nutricional (IMC) de Idosos

Idosos							
Ano	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	
2024	3.165	14.82	6.811	31.89	11.379	53.28	21.355
2023	5.252	13.53	12.307	31.7	21.259	54.77	38.818
2022	4.489	13.12	10.719	31.33	19.008	55.55	34.216
2021	2.923	12.17	7.019	29.23	14.075	58.6	24.017

Fonte: SISVAN-BH 2021-2024

Idosos: A população idosa atendida pela rede municipal de saúde apresenta um quadro claro da dupla carga da má nutrição, com altas prevalências em ambos os extremos do espectro nutricional. Por um lado, o sobrepeso ainda é a condição majoritária, afetando 53,2% dos idosos acompanhados em 2024. Embora se observe uma tendência de redução em relação a 2021 (quando o índice era de 58,6%), mais da metade desta população permanece em uma condição que representa um fator de risco para doenças cardiovasculares e metabólicas.

Em contrapartida, a prevalência de baixo peso registrou uma oscilação para cima no período, passando de 12,2% em 2021 para 14,8% em 2024. O baixo peso em idosos é um conhecido fator de risco para desfechos clínicos adversos, como a perda de massa e função muscular (sarcopenia), o aumento do risco de quedas e fraturas, a fragilização do sistema imunológico e o aumento da mortalidade. Com apenas 31,9% da população idosa na faixa de peso adequado, o cenário evidencia uma vulnerabilidade nutricional significativa, exigindo políticas de SAN que atuem de forma precisa sobre essas duas faces da má nutrição.

Em suma, o perfil nutricional da população de Belo Horizonte acompanhada pelo SISVAN caracteriza-se pela consolidação da dupla carga da má nutrição em todos os ciclos de vida. Observa-se que o excesso de peso se tornou um agravo de alta prevalência, especialmente entre adultos, sem que o baixo peso tenha sido superado. Pelo contrário, a persistência de índices relevantes de baixo peso em grupos de maior vulnerabilidade biológica, como crianças na primeira infância e idosos, revela a complexidade do cenário e exige do poder público uma atuação estratégica e integrada.

Este quadro, evidenciado pelos dados do SISVAN, encontra uma de suas principais raízes na insegurança alimentar no ciclo de vida. A transição de períodos de restrição alimentar para o consumo de alimentos de alta densidade calórica e baixo custo — uma estratégia comum em lares vulneráveis — é um gatilho para o desenvolvimento da obesidade e de doenças metabólicas. Nesse sentido, os dados antropométricos apresentados não são apenas números, mas indicadores de um risco aumentado para doenças crônicas não transmissíveis na população adulta e idosa, e de impactos no desenvolvimento cognitivo e na saúde de crianças e adolescentes.

4.5. Síntese Diagnóstica: desafios estratégicos para o quadriênio 2026-2029

A análise multifacetada da situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte, que integrou as dimensões socioeconômica, de acesso, disponibilidade e consumo, nos permite consolidar a base sobre a qual este plano é construído. Os desafios estratégicos que emergem desta análise são complexos e interconectados, exigindo uma abordagem igualmente integrada. Neste ponto, é fundamental distinguir o que está no âmbito da governabilidade municipal e o que a transcende. As grandes questões econômicas que impactam a segurança alimentar, como por exemplo a política nacional de emprego, a gestão da inflação e as diretrizes de transferência de renda, envolvem, em grande parte, aquilo que não está sob a governança direta do município. É importante que se reconheça essa limitação, não para justificar a inação, mas sim definir o papel estratégico e insubstituível do poder municipal: o de atuar como mediador e mitigador dos impactos dessas forças no território. Assim, o município pode e deve criar um ambiente local de proteção e resiliência, implementando políticas que fortaleçam os princípios da economia solidária e da agroecologia, garantam o abastecimento, subsidiem o acesso ao alimento, atuem na prevenção e no manejo dos agravos de saúde decorrentes da má nutrição (como a desnutrição, o sobrepeso e a obesidade) e estructurem redes de apoio social, enfrentando as consequências locais de problemas nacionais.

De um lado, a partir dessa perspectiva, persiste o desafio fundamental de enfrentar a fome em seu “núcleo duro”, o que demanda políticas focalizadas e com recorte interseccional para alcançar os grupos mais vulnerabilizados pela sobreposição de desigualdades de renda, raça e gênero. De outro, a própria estrutura urbana impõe barreiras, com a existência de desertos e pântanos alimentares que limitam o acesso físico a alimentos saudáveis.

Este cenário, que impacta diretamente as escolhas alimentares da população, exige respostas intersetoriais que integrem a política de SAN a ações de promoção da saúde, incentivo a práticas de atividade física e qualificação dos espaços de esporte e lazer no município. O quadro é agravado, ainda, pela urgência de se construir um sistema alimentar municipal e metropolitano resiliente e sustentável, capaz de se adaptar aos impactos da crise climática e fortalecer a produção local.

Como consequência direta desses fatores socioeconômicos e territoriais, o município enfrenta a dupla carga da má nutrição, com a coexistência paradoxal da desnutrição e do sobrepeso e obesidade em todas as faixas etárias.

Portanto, estes quatro desafios estratégicos — o enfrentamento da fome com equidade; a requalificação do ambiente alimentar; a construção de um sistema alimentar resiliente; e o combate à dupla carga da má nutrição — não são apenas uma conclusão deste diagnóstico. Eles são parte do alicerce que fundamenta e orienta a formulação das diretrizes, objetivos e metas apresentados nos capítulos seguintes, permitindo o aprofundamento das respostas aos complexos desafios do quadriênio 2026-2029.





Como dito na seção introdutória, a construção do PLAMSAN 2026-2029 se baseia nas diretrizes nacionais. Contudo, com a finalidade de responder também às instâncias locais e às demandas da sociedade trazidas na V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, realizada em julho de 2023, buscou-se cruzar as informações entre os conteúdos dos Eixos de deliberação da Conferência e as diretrizes da PNSAN. Em outras palavras, foi analisado o conteúdo dos tópicos contidos em cada um dos três eixos propostos pela Conferência e atribuído cada um a uma diretriz da PNSAN, buscando, dessa forma, atender não apenas às diretrizes nacionais, mas também ao controle social local.

As propostas apresentadas na V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional são distribuídas nos eixos:

- I. Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais;
- II. Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- III. Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social. Cada eixo possui uma série de deliberações, descritas abaixo.

Eixo I: Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais

1. Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar efetivo.
2. Estimular técnicas de cultivos em espaços alternativos gerenciados por guardiãs/ões do seguimento de povos originários e comunidades tradicionais, dentre outros, assegurando a preservação do legado das sementes crioulas, com regulação e controle compartilhados pela legislação patrimonial.
3. Promover a revitalização dos cursos d'água com o mapeamento constante e atualizado dos lençóis freáticos para serem destinados ao cultivo agroecológico e agricultura urbana, bem como avaliar periodicamente a água potável para monitoramento dos níveis de agrotóxicos, com divulgação para a população.

4. Ampliar a educação para o consumo de alimentos agroecológicos em espaços públicos, especialmente nas escolas municipais e estaduais, em diálogo com a SMED da PBH, com distribuição de insumos e ferramentas e potencializar espaços de intercâmbio de saberes, técnicas e problemáticas entre agricultores urbanos.
5. Potencializar e priorizar a agroecologia na organização e funcionamento dos CEVAEs, abrangendo mais famílias e unidades produtivas para receber insumos e ferramentas, conforme critérios de vulnerabilidade e/ou cultivo familiar no próprio domicílio, em modelo de co-gestão entre SUSAN e FPMZB (Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica).
6. Buscar recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano e outros para implantação e manutenção de unidades produtivas, quando localizadas em áreas demarcadas como centralidades pela Lei 11181/2019 do Município de Belo Horizonte.
7. Criar um comitê de acompanhamento da implementação das ações aprovadas nesta V Conferência de SAN de Belo Horizonte, assegurando que sejam aplicadas e mantidas, tornando-se política de estado, e não de governo.

Eixo II: Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

1. Descentralizar a política de segurança alimentar e nutricional para garantir a efetividade de implementação de equipamentos e de programas de SAN e agroecologia, além de criar unidades de gestão descentralizadas de SAN e ampliar a capacidade institucional e dos números de trabalhadores para política de SAN.
2. Estabelecer e fortalecer mecanismos de monitoramento participativo, nos quais a população possa acompanhar e avaliar a implementação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo a criação de espaços, veículos de prestação de contas e a coleta de parecer dos cidadãos sobre as ações e políticas implementadas.
3. Garantir o financiamento das políticas de segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal.
4. Garantir a articulação entre os grupos comunitários e movimentos que dialogam sobre SAN com a instância e controle social (COMUSAN-BH).
5. Criar e garantir a execução de plano de formação permanente para os membros de espaço de participação social.
6. Garantir acessibilidade comunicacional, linguagem simples e interface amigável nas estratégias de comunicação de Segurança Alimentar e Nutricional.
7. Implantação de medidas de equidade racial e de gênero nos espaços de participação social.

Eixo III: Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social

1. Implantar unidades de alimentação popular nos territórios, preferencialmente cozinhas comunitárias.
2. Aumentar a cobertura de famílias beneficiárias com maior agilidade na inclusão, com critérios contemplados na Lei 11.193/2019, além de ajustar o valor do subsídio financeiro do Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial (PAAN), garantindo a ampliação da rede credenciada incluindo os equipamentos de produção e comercialização da política de SAN.
3. Qualificar e ampliar os serviços de alimentação para população em situação de rua: melhorar o atendimento reduzindo o tempo de espera nas filas, oferecer as três refeições (café da manhã, almoço e jantar) em todas as unidades, manter acesso gratuito aos restaurantes populares para pessoas que estão utilizando a moradia social, implantar pontos de distribuição de alimentação e/ou ampliar o horário noturno com foco no público de catadores de material reciclável.
4. Assegurar recursos orçamentários para apoiar as cozinhas solidárias e redes de alimentação existentes na cidade

As Diretrizes da PNSAN são:

Diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional: remete ao compromisso e à responsabilidade dos governos e da sociedade de promover a condição básica para cumprimento do DHAA, ou seja, à garantia ao acesso aos alimentos. Indica a prioridade em promover o acesso aos alimentos para as pessoas que estejam com o seu direito à alimentação negado. Orienta para a equidade – a alimentação saudável e adequada é direito de todos, mas precisamos garantir que os menos favorecidos. Dessa forma, os esforços devem priorizar as indivíduos, famílias, comunidades e públicos que se encontrem submetidos a situações temporárias ou estruturais que geram insegurança alimentar e nutricional.

Diretriz 2 – Promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos: objetiva promover a produção de alimentos saudáveis e garantir que estes cheguem até as pessoas. Propõe a estruturação de sistemas de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos baseado nos princípios da agroecologia, conformando um modelo de produção e abastecimento sustentável.

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA: De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde e Ministério da Educação, 2012): "Educação Alimen-

tar e Nutricional (EAN) é um campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde e tem sido considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos. Entre seus resultados potenciais identifica-se a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável."

Diretriz 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, conforme trata o Decreto no 6.040/2007: trata-se do reconhecimento da importância dos saberes tradicionais para a cultura alimentar brasileira, além da necessidade de haver políticas de segurança alimentar e nutricional específicas para os públicos de povos tradicionais, que considerem sua relação com a terra e com o alimento, além de necessidades nutricionais.

Diretriz 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de SAN: reconhece a relevância da alimentação adequada e em quantidade suficiente para a saúde humana, além de destacar a importância da integração entre as políticas públicas de saúde e SAN. Inclui ações de promoção da alimentação saudável, fornecimento de dietas especiais, vigilância sanitária, vigilância do estado nutricional, ampliação da coleta e fornecimento dos bancos de leite humano e a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.

Diretriz 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura: reforça a importância da água como alimento, fundamental para a manutenção da vida e para produção de outros alimentos.

Diretriz 7 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, SAN e DHAA em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e nas diretrizes da Lei n o 11.346/2006: a cooperação internacional trata da forma com que os atores internacionais se relacionam para que possam coordenar esforços com objetivos em comum. Essa diretriz diz respeito à importância da cooperação internacional para aprendizado e difusão de políticas públicas no âmbito da segurança alimentar e nutricional, visando o aprimoramento das políticas locais e o ganho de projeção da política de SAN local no exterior.

Diretriz 8 – Monitoramento da realização do DHAA: diz respeito ao processo contínuo de verificação e avaliação do cumprimento das metas e execução orçamentária, apontando as adequações necessárias.

A combinação entre as diretrizes nacionais e as deliberações da V COM-SAN é apresentada na matriz a seguir. Para essa integração, foi realizada uma tentativa de contemplar os conteúdos dentro dos Eixos e das Diretrizes, posto que se trata de documentos distintos e que as deliberações do controle social em nível municipal não refletem exatamente as diretrizes nacionais. No entanto, entende-se que é necessário verificar o cumprimento de ambos os documentos, por isso, as metas foram organizadas a partir desta união. As tabelas que demonstram de que forma esta integração entre Eixos da V COMSAN e Diretrizes da PNSAN foi feita podem ser consultadas nos Anexos deste documento.

Para garantir que este Plano seja um instrumento vivo e dinâmico, adotou-se a seguinte estrutura de apresentação das ações/metasp:

- **Matriz de Ações e Metasp (neste documento):** Tabela com a relação consolidada de ações, com suas respectivas metas anuais e descrições sucintas.
- **Repositório Digital (Detalhamento Técnico):** O detalhamento completo das ações, com informações sobre metodologia de execução, público-alvo específico e fichas técnicas aprofundadas, encontra-se disponível no Repositório Digital Oficial do Plamsan 2026-2029 (acessível via link ao final deste capítulo). É neste ambiente que serão inseridas, também, as eventuais revisões e atualizações anuais do Plano.

Além disso, é importante lembrar que, como dito anteriormente, as metas se dividem em:

- **Metasp PPAG:** essa categoria é composta pelas metas previstas no PPAG executadas pelos diversos órgãos que desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional do município.
- **Metasp suplementares:** Metasp que não estão previstas diretamente nas subações de PPAG, mas que são projetos e atividades que contribuem para o alcance do resultado das subações do PPAG e que merecem ênfase no Plano.
- **Visões de futuro:** Estratégias de políticas públicas em que se deseja avançar durante o período de vigência do Plano.

Abaixo, a Matriz de Ações organiza as ações/metasp classificando-as, primeiramente, pela diretriz nacional e pelo eixo da V COMSAN que melhor se relaciona com ela.



CEVAE Taquaril - Centro de Vivência Agroecológica

III Plano Municipal de SAN (2026-2029) Ações e Metas



Para consultar o descritivo completo de cada ação, bem como acompanhar as atualizações anuais deste Plano, acesse o **Repositório Digital Oficial do III PLAMSAN (2026-2029)** através do QR code abaixo:



DIRETRIZ I - PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL, COM PRIORIDADE PARA AS FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EIXO III DA 5ª COMSAN - COMBATE À FOME E À MISÉRIA COMO PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) E INCLUSÃO SOCIAL										
AÇÕES DE PPAG										
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	UNIDADE DE MEDIDA DA META	META FÍSICA 2026	META FÍSICA 2027	META FÍSICA 2028	META FÍSICA 2029	E/OU DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTA AÇÃO
1	Assistência Alimentar às Famílias em Situações Emergenciais (Comida na Mesa)	Concessão de subsídio financeiro temporário e ações de inclusão produtiva para famílias em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar	SMSAN	SMASDH	Famílias beneficiadas	6.000	27.674	27.674	27.674	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social - Aumentar a cobertura de famílias beneficiárias com maior agilidade na inclusão, com critérios contemplados na Lei 11.193/2019, além de ajustar o valor do subsídio financeiro do Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial, garantindo a ampliação da rede credenciada incluindo os equipamentos de produção e comercialização da política de SAN
2	Assistência Alimentar às Unidades Socioassistenciais e de Cidadania	Fornecimento de refeições diárias e nutricionalmente adequadas para as unidades socioassistenciais e de cidadania	SMSAN	SMASDH e instituições socioassistenciais e de cidadania parceiras do Município	Refeições Servidas	6.377.215	6.377.215	6.377.215	6.377.215	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
3	Produção de Refeições subsidiadas em Restaurantes e Refeitórios Populares	Produção e oferta de refeições saudáveis a preços subsidiados na rede de Restaurantes e Refeitórios Populares, priorizando a população vulnerável	SMSAN	SMASDH, Defesa Civil	Refeições Servidas	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social - Qualificar e ampliar os serviços de alimentação para população em situação de rua: melhorar o atendimento reduzindo o tempo de espera nas filas, oferecer as três refeições (café da manhã, almoço e jantar) em todas as unidades, manter acesso gratuito aos restaurantes populares para pessoas que estão utilizando a moradia social. Implantar pontos de distribuição de alimentação e/ou ampliar o horário noturno com foco no público de catadores de material reciclável
4	Banco de Alimentos: Combate ao desperdício e doação de alimentos a instituições socioassistenciais	Captação e doação de alimentos para instituições socioassistenciais, visando o combate ao desperdício e a complementação alimentar	SMSAN	Doadores, entidades, SMOBI	Alimento doado (tonelada)	430	330	330	330	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
5	Inserção das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	Cadastramento e atualização de dados de famílias de baixa renda para acesso a programas sociais e de segurança alimentar	SUASS/SMASDH	SMSAN, SMED, SMSA	Famílias Cadastradas /Atualizadas	212.258	212.258	255.575	294.560	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
6	Alimentação Escolar para as unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA	Planejamento e fornecimento de alimentação escolar saudável para alunos da rede municipal de ensino	SMSAN	FNDE, SMED, Unidades escolares municipais e parceiras; CAE	Refeições Servidas	81.070.038	81.070.038	81.070.038	81.070.038	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
7	Aquisição de Alimentos em Compras da Agricultura Familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar	SMSAN	FNDE, SMED, Unidades escolares municipais e parceiras; CAE; COMUSAN	Percentual de aquisição	45%	45%	45%	45%	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
8	Férias Escolares com Segurança Alimentar	Distribuição de cestas de alimentos para famílias de estudantes em vulnerabilidade social durante os recesso escolares	SMSAN	SUASS, SMED, PRODABEL, SMPOG	Cestas distribuídas	87.556	87.556	87.556	87.556	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
9	Fornecimento de Refeições Subsidiadas em Cozinhas Comunitárias e Apoio às Cozinhas Solidárias	Oferta de refeições em territórios vulneráveis por meio das Cozinhas Comunitárias e apoio técnico/operacional às Cozinhas Solidárias	SMSAN	SUASS, SMSA, MDS, CEASA, CONAB, MP, FUMID	Refeições Servidas	168.000	588.000	756.000	756.000	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social - Implantar unidades de alimentação popular nos territórios, preferencialmente cozinhas comunitárias - Assegurar recursos orçamentários para apoiar as cozinhas solidárias e redes de alimentação existentes na cidade

AÇÕES SUPLEMENTARES						DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTA AÇÃO	
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	META	INDICADORES	
10	Apoio da Copa Centenário de Futebol Amador Wadson Lima ao Banco de Alimentos	Arrecadação de alimentos para o Banco de Alimentos como contrapartida disciplinar no torneio de futebol amador	SMEL	Tribunal Disciplinar Especial da Copa Centenário, SMSAN	Implementar a ação em cada ano de vigência do Plano	Número de cestas de alimentos arrecadados via contrapartidas da Copa	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
11	Arrecadação de Alimentos via Licenciamento de Eventos realizados em vias públicas pela SMEL	Arrecadação de alimentos para o Banco de Alimentos como contrapartida para o licenciamento de eventos esportivos em vias públicas	SMEL	SMSAN	Formalizar a inclusão da cláusula de arrecadação de alimentos nos editais de eventos da SMEL. Implementar fluxo de doação contínua em cada ano de vigência do Plano	Volume de alimentos arrecadados via licenciamento de eventos esportivos (kg)	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
12	Arrecadação de Alimentos em Festivais Culturais realizados pela SMC	Realização de campanhas de arrecadação de alimentos em festivais culturais promovidos pela SMC	SMC	SMSAN	Implementar a campanha de doação em, no mínimo, um festival da política pública cultural do município por ano	Número de festivais culturais com campanha de arrecadação implementada	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
13	Arrecadação de Alimentos através da Inclusão do Ingresso Social em Editais de Eventos patrocinados pela Belotur	Inclusão da modalidade "ingresso social" (doação de alimentos) em editais de eventos realizados/patrocinados pela Belotur	Belotur	SMSAN	Formalizar a inclusão da cláusula de ingresso social nos editais de fomento a eventos da Belotur em todos os anos de vigência do plano, sempre que o formato do evento permitir	Número de editais de eventos com cláusula de Ingresso Social incluída	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
14	Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no Programa Escola nas Férias	Fornecimento de refeições e atividades de educação alimentar nas escolas municipais durante o programa de recreação nas férias	SMSAN	SMED Unidades educacionais	Garantir a continuidade da atuação da SMSAN no planejamento nutricional e no fornecimento de alimentação adequada e saudável aos participantes do Programa Escola nas Férias, em todas as suas edições realizadas durante a vigência do plano	Nº de escolas atendidas com oferta de alimentação: Nº de cardápios planejados e executados; Manutenção do fornecimento de alimentação no programa (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Ampliar a educação para o consumo de alimentos agroecológicos em espaços públicos, especialmente nas escolas municipais e estaduais.
15	Plano de reforma dos Restaurantes Populares	Modernização da infraestrutura e dos equipamentos da rede de Restaurantes Populares	SMSAN	SUDECAP, SMOBI, Prodabel	Assegurar a conclusão do ciclo de reformas e efetivar a modernização da modelagem e a qualificação tecnológica das unidades da rede até o final de 2026	Percentual de conclusão das obras de revitalização e modernização	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social - Qualificar e ampliar os serviços de alimentação para população em situação de rua; melhorar o atendimento reduzindo o tempo de espera nas filas, oferecer as três refeições (café da manhã, almoço e jantar) em todas as unidades
16	Inclusão Produtiva das Famílias Atendidas pelo Comida na Mesa	Capacitação em agricultura urbana e qualificação profissional para famílias beneficiárias do programa	SMSAN	SUASS, OSC	Elaborar e iniciar a implementação do Plano de Trabalho de Inclusão Produtiva, conforme Art. 3º, II do Decreto nº 17.189/2019, para as famílias do Programa Comida na Mesa	- Plano de trabalho de inclusão produtiva elaborado e em execução (Sim/Não) - Nº de beneficiários capacitados em agricultura urbana	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar efetivo
17	Garantia da Operacionalização da Assistência Alimentar na Rede Socioassistencial e de Direitos Humanos	Acompanhamento técnico/operacional da oferta de alimentação nas unidades da rede socioassistencial e de direitos humanos	SUASS/SUDH	SMSAN	Assegurar, ao longo de toda a vigência do plano, a execução contínua do acompanhamento técnico-operacional da assistência alimentar em 100% das unidades de acolhimento institucional atendidas, bem como a manutenção da articulação intersetorial necessária a oferta nos demais equipamentos de direitos humanos e cidadania	Manutenção do acompanhamento técnico e da articulação intersetorial (Sim/Não)	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social
18	Modernização do Banco de Alimentos de Belo Horizonte Edital MDS/SESAN nº 01/2025 e Edital SEDESE nº 05/2024	Reestruturação física e operacional do Banco de Alimentos com recursos captados via editais federais e estaduais	SMSAN	MDS, SEDESE-MG	Efetivar a modernização da infraestrutura e dos processos operacionais do Banco de Alimentos, executando os recursos captados para fortalecimento institucional	Modernização da infraestrutura e equipamentos concluída (Sim/Não)	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social

DIRETRIZ II - PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS SUSTENTÁVEIS E DESCENTRALIZADOS, DE BASE AGROECOLÓGICA, DE PRODUÇÃO, EXTRAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS									
EIXO I DA 5ª COMSAN - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS EM BELO HORIZONTE E MINAS GERAIS									
AÇÕES DE PPAG									
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	UNIDADE DE MEDIDA DA META	META FÍSICA 2026	META FÍSICA 2027	META FÍSICA 2028	META FÍSICA 2029
EIXOS E/OU DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTA AÇÃO									
19	Implantação e Manutenção das Feiras de Segurança Alimentar - Feiras Livres, Direto da Roca, Feira Orgânica, Feira da Agricultura Urbana e Feiras Gastronômicas - Feira Modelo	Gestão e ampliação da rede de feiras (Livres, Orgânicas, Direto da Roca e Modelo) para comercialização de alimentos frescos	SMSAN	Permissionários, BH Trans, Vigilância Sanitária, SMPU, SMDE, FMPZB, Coordenação Regionais	Vaga de comercialização ativa	365	375	380	385
20	Programa AbasteCer - Alimentos a baixo custo	Gestão da rede de sacolões geridos por permissionários com oferta obrigatória de produtos a preços controlados	SMSAN	Permissionários, Vigilância Sanitária, Guarda Municipal, SMASDH e DIRP/SMALOG	Unidade ativa	15	30	30	30
21	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)	Compra de alimentos da agricultura familiar e doação simultânea para entidades da rede socioassistencial	SMSAN	Agricultores, MDS	Alimentos adquiridos (kg)	102.000	112.200	123.420	135.454
22	Mercados Públicos Revitalizados	Fiscalização e Monitoramento das concessões dos mercados municipais, garantindo diretrizes de abastecimento e segurança alimentar	SMSAN	Condomínios, Concessionárias, Comitê de relações comunitárias, PBH Alivos, SUDECAP, FMC	Número de mercados Monitorizados	4	4	4	4
23	Operação da Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana	Gestão de entreposto logístico para armazenamento e distribuição de produtos da agricultura familiar e urbana	SMSAN	Agricultores/cooperativas da agricultura familiar	Alimento comercializado (tonelada)	312	343	377	414
24	Promoção e Fortalecimento dos Territórios Sustentáveis	Desenvolvimento integral de territórios vulneráveis com foco em agroecologia, segurança alimentar e recuperação ambiental	SMSAN	SMMA, SLU, URBEL, SMPU, SMC, SMED, SMSA, SUAS, SUDH, FPMZB, Coordenação Regional Norte e Coordenação Regional Barreiro	Território Implantado e Mantido	5	5	5	5
25	Implantação e Manutenção de Unidades Produtivas Coletivas/Comunitárias	Implantação e manutenção de hortas coletivas/comunitárias em áreas públicas	SMSAN	SUASS, SUDH, SMMA, SMOBI, SLU, URBEL, FPMZB, SMPU, SMED, SMSA, SMFA, SMGO, SMALOG, Diretorias Regionais	Unidade Produtiva cadastrada	65	70	75	80
26	Implantação e Manutenção de Unidades Produtivas Institucionais	Manutenção e suporte técnico a hortas agroecológicas em escolas e outros equipamentos públicos	SMSAN	SMED, FPMZB, SUASS, SMSA	Unidade Produtiva atendida	200	200	200	200
27	Fortalecimento da Agricultura urbana e Agroecologia nos Territórios: CEMAR e CEVAEs	Fortalecimento dos equipamentos como polos de educação ambiental e produção de alimentos	SMSAN	SMMA, SLU, FPMZB, SMOBI	Pessoas atendidas	1.500	1.500	1.500	1.500
28	Projeto Agroecologia nas Escolas	Compra direta de hortaliças de agricultores urbanos locais para abastecimento da alimentação escolar	SMSAN	SMED, Agricultores, SEBRAE	Alimentos comercializados (kg)	1.420	2.130	2.840	3.550
29	Implantação do Corredor Agroecológico Urbano	Implantação de cinturão verde produtivo e educativo em áreas subutilizadas	SMSAN	SMOBI, SMMA, SLU, BH Trans, Diretoria Regional	Percentual	25%	50%	75%	100%
30	Biofábrica de Inimigos Naturais (joaninhas e crisopídeos)	Produção e distribuição de insetos para controle biológico de pragas em hortas urbanas, reduzindo uso de agrotóxicos	SMMA	FPMZB	Kls Distribuídos	4.000	4.500	5.000	5.500
31	Conservação e Educação Ambiental com Abelhas sem Ferão - Poliniza BH	Instalação de meliponários para polinização de áreas verdes e educação ambiental	SMMA	FPMZB	Meliponário instalado	45	52	60	67

AÇÕES SUPLEMENTARES							EIXOS E/OU DELIBERAÇÕES DA 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTA AÇÃO	
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	META	INDICADORES		
32	Estudo Técnico e novo Edital para Expansão dos Sacolões Abasteceer	Estudo técnico e lançamento de edital para abertura de novos sacolões, especialmente em áreas de deserto alimentar	SMSAN	SUREG/SMPU	Garantir a conclusão do estudo técnico de expansão e o lançamento do edital para a abertura de novos sacolões até o final de 2026	Estudo Técnico Finalizado e Edital de chamamento público publicado (Sim/Não)	Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social.	
33	Implementação da Compra Institucional do PAA nos Restaurantes Populares	Implementação da compra de produtos da agricultura familiar para abastecimento direto dos Restaurantes Populares	SMSAN	Agricultores, MDS	Publicação do edital de Chamamento Público e finalização dos trâmites administrativos de contratação em 2026, assegurando o início da execução a partir de 2027	Edital de Chamamento Público publicado (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Inclusão Social.	
34	Implantação de agroflorestas urbanas	Implantação de sistemas agroflorestais urbanos para recuperação ambiental e produção de alimentos	SMSAN	SMMA, FPMZB	Implantação de, no mínimo, um novo Sistema Agroflorestal urbano por ano	Quantidade de novos Sistemas Agroflorestais urbanos implantados	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Estimular técnicas de cultivos em espaços alternativos gerenciados por guardiães/ões do seguimento de povos originários e comunidades tradicionais, dentre outros - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	
35	Oferta de Vagas em Feiras de Inclusão Produtiva para Participantes de Feiras de Segurança Alimentar e Nutricional	Disponibilização de vagas em feiras de Inclusão Produtiva para feirantes de SAN	SMPU	SMSAN	Oferta e ocupação de 7 barracas por ano em Feiras de Inclusão Produtiva	Número de vagas ocupadas por feirantes de SAN em Feiras de Inclusão	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais	
36	Padronização de mobiliário e lançamento de edital para comércio de produtos da agricultura urbana em veículos de tração humana	Regulamentação e edital para comércio de produtos da agricultura urbana em veículos de tração humana	SMSAN	SMPU	Consolidação desta nova modalidade, com o desenvolvimento do mobiliário padronizado e o lançamento de um edital de chamamento público por ano	Número de editais lançados para comércio em veículos de tração humana	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	
37	Implantação do modelo "Sisteminha da Embrapa" de produção integrada de alimentos	Implantação de módulos integrados de produção de alimentos em unidades coletivas/comunitárias	SMSAN	EMBRAPA/MDS, OSC	Implantação e o acompanhamento de até 09 "Sisteminhas", consolidando-os como unidades demonstrativas de produção agroecológica integrada e fortalecendo a autonomia e a segurança alimentar dos agricultores urbanos envolvidos	Número de unidades do "Sisteminha Embrapa" implantadas	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Potencializar espaços de intercâmbio de saberes, técnicas e problemáticas entre agricultores urbanos - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	
38	Implantação de Unidade Produtiva da Agricultura Urbana no Mercado Distrital de Santa Tereza	Criação de unidade produtiva de agricultura urbana integrada ao Mercado Distrital de Santa Tereza	SMSAN	Concessionária e agricultores(as)	Implantação e o início da operação desta unidade produtiva no Mercado Distrital de Santa Tereza em 2027	Unidade Produtiva no Mercado Distrital implantada (Status)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	
39	Implantação do Armazém da Agroecologia nos Mercados Públicos	Instalação de espaços exclusivos para venda de produtos agroecológicos nos mercados municipais concedidos	SMSAN	Concessionária, cooperativas e associações	Articular junto às concessionárias e viabilizar a implantação do Armazém da Agroecologia em cada um dos quatro mercados revitalizados, em 2027	Número de Armazéns da Agroecologia implantados nos Mercados Públicos	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais	
40	Aprimorar o Cadastro Municipal de Agricultoras e Agricultores Urbanos	Aprimoramento do cadastro municipal para qualificar a gestão da agricultura urbana	SMSAN	Agricultores	Concluir o processo de aprimoramento e normalização do Cadastro, estabelecendo fluxos e procedimentos claros que qualifiquem a gestão, o monitoramento e o acesso aos dados da política municipal de apoio à agricultura urbana	Processo de aprimoramento do Cadastro Municipal concluído (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	
41	Expansão das Feiras de Segurança Alimentar para Estações de Transporte Coletivo	Instalação de pontos de feira em estações de transporte coletivo para ampliar o acesso a alimentos frescos	SMSAN	BHTrans, Concessionária Metro BH	Consolidar os pontos existentes e expandir o programa para outras grandes estações, incluindo terminais do BRT e estações do metrô, ampliando a capilaridade da política de abastecimento em pontos estratégicos da cidade	Número de pontos de feira em estações de transporte implementados	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	
42	Implantação do Banco de Sementes Crioulas e Agroecológicas	Consolidação do Banco Público de Sementes e fortalecimento da rede de agricultores guardiões	SMSAN	FPMZB	Consolidar a operação do Banco Público de Sementes, fortalecendo a parceria para o armazenamento técnico das amostras e expandindo a rede de agricultores "Guardiões", assegurando que as Unidades Produtivas se fortaleçam como polos vivos de conservação, multiplicação e troca de sementes crioulas no município	Rede de agricultores "Guardiões" de sementes produtivas ativa e monitorada (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Estimular técnicas de cultivos em espaços alternativos gerenciados por guardiães/ões do seguimento de povos originários e comunidades tradicionais, dentre outros, assegurando a preservação do legado das sementes crioulas, com regulação e controle compartilhados pela legislação patrimonial - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	
43	Cooperação institucional para o fortalecimento da agroecologia, da agricultura familiar e da agricultura urbana, assim como, para a construção social de mercados na Região Metropolitana, Colar e entorno de Belo Horizonte.	Coordenação de comitê interinstitucional para fortalecimento da agroecologia e mercados na Região Metropolitana	SMSAN	SEAPA, Agência RMBH, EMATER, EPAMIG, ICLEI, FJP, ONGs, Universidades	Manutenção da coordenação do Comitê	Número de reuniões do Comitê realizadas	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	
44	Fortalecimento do Comitê Gestor de Compras da Agricultura Familiar e da Agricultura Urbana	Fortalecimento do Comitê de Compras da AF e AU para gestão estratégica das compras públicas e cumprimento das metas legais	SMSAN	EMATER, SEBRAE	Construir o caminho institucional que possibilite atingir o percentual de 45% estabelecido por lei nas compras de AF nos anos de vigência do Plano	Percentual atingido de compras da AF nas compras públicas	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar eletivo	

DIRETRIZ III - INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA										
EIXO I DA 5ª COMSAN - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS EM BELO HORIZONTE E MINAS GERAIS										
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	AÇÕES DE PPAG				META FÍSICA 2029	EIXOS E/OU DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTA AÇÃO
					UNIDADE DE MEDIDA DA META	META FÍSICA 2026	META FÍSICA 2027	META FÍSICA 2028		
45	Capacitação e Assessoria Técnica para Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional	Capacitação de educadores e manipuladores de alimentos para disseminação de práticas de alimentação saudável	SMSAN	SMED, Unidades Escolares e professores	Pessoa capacitada	500	500	550	600	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
46	Ações de Educação Alimentar e Nutricional para o Consumo Alimentar Saudável e Sustentável	Realização de oficinas e ações educativas sobre alimentação saudável em escolas e equipamentos públicos, especialmente entidades sociassistenciais parceiras	SMSAN	SMED, SUDH, SUASS e SMSA	Pessoa participante	16.000	17.000	18.000	19.000	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Ampliar a educação para o consumo de alimentos agroecológicos em espaços públicos, especialmente nas escolas municipais e estaduais, em diálogo com a SMED da PBH, com distribuição de insumos e ferramentas e potencializar espaços de intercâmbio de saberes, técnicas e problemáticas entre agricultores urbanos
47	Garantia de Assistência Técnica e Capacitação para Fortalecimento da Agroecologia e Agricultura Urbana	Assistência técnica contínua e capacitação para agricultores de unidades produtivas coletivas/comunitárias	SMSAN	Agricultores, SEBRAE, SMED	Pessoa capacitada	1.200	1.200	1.200	1.200	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
48	Cursos de Qualificação na Área de Gastronomia e Formação em Agroecologia	Oferta de cursos profissionalizantes gratuitos no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN)	SMSAN	SUASS, SUDH e SMED	Certificado emitido	980	980	980	980	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
49	Fomento à Empregabilidade Gastronômica - Encaminhamento de Pessoas Capacitadas no CRESAN para Entrevistas de Emprego	Encaminhamento de alunos capacitados no CRESAN para oportunidades de emprego no setor de alimentação	SMSAN	SMDE	Pessoa encaminhada	250	250	250	250	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
50	CRESAN é da gente: eventos e atividades públicas e privadas	Realização de eventos e atividades públicas nas instalações do CRESAN	SMSAN	Belotur, SMC, SUASS, SUDH, SMDE, SMMA e FPMZB	Eventos e atividades realizadas	300	300	300	300	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
51	Capacitação e Conscientização Ambiental - Projetos Sala Verde, BH itinerante e nas atividades dos Centros de Educação Ambiental	Projetos de educação ambiental (Sala Verde, BH itinerante)	SMMA	SMED, SMSAN	Pessoa capacitada	2.000	2.000	2.000	2.000	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Ampliar a educação para o consumo de alimentos agroecológicos em espaços públicos, especialmente nas escolas municipais e estaduais, em diálogo com a SMED da PBH, com distribuição de insumos e ferramentas e potencializar espaços de intercâmbio de saberes, técnicas e problemáticas entre agricultores urbanos
52	Aprendizagem Socioambiental Participativa - Escola Verde	Transformação de escolas em espaços de aprendizagem socioambiental	SMMA	SMED, SMSAN	Escola atendida	60	70	80	90	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Ampliar a educação para o consumo de alimentos agroecológicos em espaços públicos, especialmente nas escolas municipais e estaduais
53	Editais de fomento à gastronomia e turismo - Programa Belo Horizonte 4 Estações Surpreendendo o Ano Inteiro	Fomento financeiro a eventos com potencial turístico-gastronômico através de editais públicos	Belotur	SMSAN	Evento/Projeto subvencionado	80	80	80	80	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
54	Desenvolvimento e fomento da Gastronomia - Desenvolver e fomentar projetos que atuem na pesquisa e na valorização da identidade e cultura alimentar de Belo Horizonte	Projetos de pesquisa e valorização da identidade gastronômica e cultura alimentar de Belo Horizonte	Belotur	SMSAN	Ação realizada	1	1	1	1	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
55	Formação e Qualificação da Gastronomia - Qualificar os atores da cadeia de valor e os territórios urbanos criativos visando a melhoria do seu potencial gastronômico e turístico	Capacitação de atores da cadeia gastronômica e territórios criativos para potencializar o turismo	Belotur	SMSAN	Ação realizada	1	1	1	1	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
56	Governança e Networking da Rede das Cidades Criativas da Gastronomia da Unesco - avaliar, direcionar e monitorar a gestão do projeto Cidade Criativa da Gastronomia, com vistas à condução das políticas públicas	Gestão e monitoramento das ações vinculadas ao título de Cidade Criativa da Gastronomia da UNESCO	Belotur	SMSAN	Ação realizada	1	1	1	1	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
57	Promocção, Comunicação e Valorização da Gastronomia - posicionar o segmento gastronômico como atividade motora do desenvolvimento socio-econômico e turístico de Belo Horizonte	Campanhas de divulgação do potencial turístico-gastronômico da cidade	Belotur	SMSAN	Ação realizada	1	1	1	1	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
58	Vila Gastronômica no Arraial de Belo Horizonte	Realização de espaço gastronômico e concurso de pratos típicos durante o Arraial de Belo Horizonte	Belotur	SMSAN, Instituições acadêmicas, Fórum da Gastronomia Mineira, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL)	Ação realizada	1	1	1	1	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais

59	Realização de capacitações em enfrentamento às emergências climáticas	Treinamento de agentes públicos e parceiros para gestão de riscos e emergências climáticas	SMMA	SMSAN, Defesa Civil	Capacitação realizada	2	2	2	2	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
60	Realização da Virada Climática	Evento educativo e cultural de grande porte para sensibilização sobre mudanças climáticas	SMMA	SMSAN, FPMZB	Virada Climática realizada	1	1	1	1	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
61	Realização da Conferência Municipal do Clima	Realização de conferência para debate e construção participativa da política climática municipal	SMMA	SMSAN	Conferência realizada	1	-	-	-	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
AÇÕES SUPLEMENTARES										
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	META				INDICADORES	EIXOS E/OU DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTA AÇÃO
62	Formação e qualificação em agricultura urbana e agroecologia	Assistência técnica contínua e capacitação para agricultores de unidades produtivas coletivas/comunitárias	SMSAN	SMED Agricultores	Assegurar a oferta contínua de assistência técnica e capacitação aos agricultores das Unidades Produtivas Coletivas/Comunitárias para acesso a mercados e geração de renda				Manutenção da oferta de assistência técnica e capacitação (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
63	Fórum Qualifica BH	Realização de fórum anual sobre qualificação profissional com foco em gastronomia e agricultura urbana	SMDE	SMSAN	Promoção de uma edição do Fórum Qualifica BH por ano, dedicada à temática da gastronomia, agricultura urbana e sustentabilidade alimentar, na perspectiva da inclusão socioprodutiva.				Realização de edição anual temática de SAN do Fórum (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
64	Coordenação do Fórum de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar	Coordenação de espaço de articulação acadêmica para produção de conhecimento em segurança alimentar	SMSAN	Instituições de Ensino, Pesquisadores	Garantir o pleno funcionamento do Fórum em cada ano de vigência do Plano				Manutenção do funcionamento regular do Fórum de Pesquisadores (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
65	Articulação com o Fórum Qualifica BH para oferta de cursos de qualificação profissional e empreendedora ao público da SMSAN	Oferta de cursos de qualificação e empreendedorismo para o público atendido pelos programas de SAN	SMDE	SMSAN	Oferta de 200 vagas por ano em cursos de formação para o público atendido pela SMSAN				Número de vagas em cursos de qualificação ofertadas ao público da SMSAN	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
66	Realização da Bienal da Gastronomia de Belo Horizonte	Evento bianual para promoção da gastronomia, cultura alimentar e turismo na cidade	BELOTUR	SMC, SMDE, SMSAN, Instituições de Ensino, Mercados, Galerias, Feiras Cobertas	Realização de duas edições da Bienal, sendo uma em 2027 e uma em 2029				Realização da Bienal da Gastronomia nos anos previstos (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
67	Ações coletivas com o tema "Alimentação Saudável", executadas por profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) anualmente	Atividades educativas sobre alimentação saudável realizadas por equipes de saúde na atenção primária	SMSA	SMSAN	Realização de 2.500 ações coletivas em cada ano de vigência do Plano				Número de ações coletivas sobre alimentação saudável realizadas na APS	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
68	Atividades Coletivas com o Tema Puericultura na Atenção Primária à Saúde (APS)	Ações coletivas de apoio ao aleitamento materno e introdução alimentar na atenção primária à saúde	SMSA	SMSAN	Realização de 33 ações coletivas em 2028, 50 em 2027, 86 em 2028 e 83 em 2029				Número de ações coletivas de puericultura com foco alimentar realizadas	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
69	Trilha de Formação para Feirantes e Pessoas com Interesse em se Tornarem Feirantes	Programa de formação contínua para qualificação da gestão e profissionalização de feirantes	SMSAN	Permissionários/SMP/UVIs	Estruturar o conteúdo programático do curso e iniciar sua oferta regular, estabelecendo um programa de formação contínua que fortaleça os programas de feiras e abastecimento do município				Oferta regular do curso de formação para feirantes iniciada (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
70	Curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos para Feirantes	Capacitação sanitária para manipuladores de alimentos em feiras de SAN	SMSAN	Permissionários; Visa	Consolidar este curso como um programa de formação contínua para a atuação dos feirantes do segmento de alimentação, assegurando que todos os operadores recebam a qualificação necessária				Curso de Boas Práticas consolidado como requisito contínuo (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
71	Campanha de combate ao desperdício de alimentos nas unidades escolares	Campanha de conscientização para redução do desperdício de alimentos na rede escolar	SMED	SMSAN	consolidar a campanha como uma iniciativa permanente no calendário da Rede Municipal de Ensino, contribuindo para a formação de uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade no ambiente escolar				Campanha de combate ao desperdício implementada nas escolas (Sim/Não)	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais
72	Trabalhar a temática da Segurança Alimentar e Nutricional nos espaços de controle e participação social em nível local e regional, como as Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e as Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS)	Inserção da pauta de segurança alimentar nas agendas das Comissões e Conselhos de Assistência Social	SUASS	SMSAN	Aprofundar a discussão sobre o direito à alimentação adequada, bem como sobre educação alimentar e nutricional, agricultura familiar e temáticas afins, da população nestes espaços				Inserção da pauta de SAN nas agendas das CLAS e CORAS (Sim/Não)	Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DIRETRIZ IV - PROMOÇÃO, UNIVERSALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VOLTADAS PARA QUILOMBOLAS E DEMAIS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE QUE TRATA O ART. 3º, INCISO I, DO DECRETO 6040 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.						
EIXO I DA 5ª COMSAN - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS EM BELO HORIZONTE E MINAS GERAIS						
AÇÕES SUPLEMENTARES						
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	META	INDICADORES
73	Programa Territórios Sustentáveis Quilombo Mangueiras	Manutenção das ações de agroecologia e segurança alimentar no Território Sustentável do Quilombo Mangueiras	SMSAN	SMPU, URBEL, SMASDH, SMMA	Assegurar o fomento da agricultura urbana agroecológica e de sistemas agroflorestais; a melhoria da condição alimentar e nutricional; a capacitação, geração de renda, organização social e preservação e recuperação ambiental; o processo de articulação intersetorial para o planejamento integral e participativo das ações nos territórios	Manutenção das ações do Programa Territórios Sustentáveis no Quilombo (Status)
74	Definição de Estratégia para ampliação das Unidades Produtivas em Territórios de Tradição	Fomento à implantação de unidades produtivas em comunidades quilombolas, indígenas e de povos tradicionais	SMSAN	SMASDH, SMOBI	Assegurar a implantação de Unidades Produtivas em Territórios de Tradição, que são aquelas em que a gestão da unidade e sua produção são realizadas por famílias ou grupos em quilombos, terreiros, acampamentos ciganos, territórios indígenas e agrupamentos de povos e comunidades tradicionais, por meio de reserva de percentual no edital de credenciamento, ou de abertura de edital de credenciamento específico	Implantação de Unidade Produtiva em Território de Tradição (Status)
75	Elaboração de estratégias para Inclusão de Povos e Comunidades Tradicionais nas ações de Agroecologia e Agricultura Urbana	Elaboração de estratégias de equidade racial nas ações de agroecologia e agricultura urbana	SMSAN	DPIR/SMASDH	Elaborar estratégias que aprimorem a promoção da equidade étnico-racial nas ações de Agroecologia e Agricultura Urbana	Estratégias de inclusão em Agroecologia elaboradas (Sim/Não)
						DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTAÇÃO
						- Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar efetivo - Estimular técnicas de cultivos em espaços alternativos gerenciados por guardiãs/ões do seguimento de povos originários e comunidades tradicionais, dentre outros, assegurando a preservação do legado das sementes crioulas, com regulação e controle compartilhados pela legislação patrimonial - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar efetivo - Estimular técnicas de cultivos em espaços alternativos gerenciados por guardiãs/ões do seguimento de povos originários e comunidades tradicionais, dentre outros, assegurando a preservação do legado das sementes crioulas, com regulação e controle compartilhados pela legislação patrimonial - Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar efetivo - Estimular técnicas de cultivos em espaços alternativos gerenciados por guardiãs/ões do seguimento de povos originários e comunidades tradicionais, dentre outros, assegurando a preservação do legado das sementes crioulas, com regulação e controle compartilhados pela legislação patrimonial

DIRETRIZ V - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS DA ATENÇÃO À SAÚDE, DE MODO ARTICULADO ÀS DEMAIS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL							
EIXO DA 5ª COMSAN: NÃO FORAM IDENTIFICADAS PROPOSTAS QUE SE ENQUADREM NESTA DIRETRIZ							
AÇÕES SUPLEMENTARES							
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	META	INDICADORES	EIXOS E/OU DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTAÇÃO
76	Atendimentos individuais realizados por nutricionistas do SUS	Consultas individuais de nutrição realizadas na rede SUS-BH (atenção primária e especializada)	SMSA	SMSAN	Realização de 40.000 atendimentos individuais por ano	Número de atendimentos individuais de nutrição realizados	—
77	Ações coletivas na Atenção Primária com aferição antropométrica	Coleta de dados antropométricos para monitoramento do estado nutricional da população (SISVAN)	SMSA	SMSAN	Realização de 108 ações coletivas em 2026, 123 em 2027, 138 em 2028 e 153 em 2029	Quantidade de ações coletivas com aferição antropométrica realizadas	—
78	Qualificação da abordagem nutricional em todos os ciclos de vida, para nutricionistas da Rede SUS-BH	Educação permanente para atualização técnica dos nutricionistas da rede municipal de saúde	SMSA	SMSAN	Realização de, no mínimo, três reuniões de qualificação por ano	Número de reuniões de qualificação técnica realizadas para nutricionistas	—
79	Manter o fornecimento de fórmulas alimentares pelos protocolos da APS, da APLV e da IST para no mínimo 3000 usuários por ano	Dispensação de fórmulas especiais para usuários com necessidades nutricionais específicas reguladas por protocolo	SMSA	SMSAN	Garantir o atendimento de, no mínimo, 3.000 usuários por ano	Número de usuários atendidos com fornecimento de fórmulas alimentares	—
80	Ampliação da Cobertura de Vigilância Nutricional (SISVAN)	Ampliação da coleta de dados de peso e altura para qualificar o diagnóstico nutricional do município	SMSA	SMSAN	Ampliar progressivamente a cobertura do estado nutricional da população acompanhada, registrada no SISVAN, para atingir 8% em 2026, 10% em 2027, e consolidar a cobertura em 12% em 2028 e 2029	Percentual de cobertura do estado nutricional da população no SISVAN (%)	—
81	Acompanhamento do Índice de Massa Corporal (IMC) dos Alunos dos Polos Esportivos e de Lazer	Monitoramento do estado nutricional de alunos dos programas de esporte e lazer	SMEL	Instituto Trilhar, SMSAN	Assegurar a realização deste acompanhamento duas vezes por ano para os alunos atendidos pelos Polos Esportivos e de Lazer	Frequência anual de realização do acompanhamento de IMC nos Polos	—
82	Monitoramento de estudantes com seletividade alimentar, dietas especiais e restrição alimentar	Monitoramento de estudantes com necessidades alimentares específicas na rede municipal de ensino	SMED	SMSAN	Implantar e consolidar protocolo de monitoramento, fortalecendo a articulação entre as equipes de educação e de nutrição para assegurar o bem-estar e o direito à alimentação adequada de todos os estudantes	Protocolo de monitoramento de dietas especiais implantado na SMED (Sim/Não)	—
83	Implantação do Programa Farmácia Viva na Rede Municipal de Saúde	Implantação de unidade de cultivo e produção de fitoterápicos para distribuição na rede SUS-BH	SMSA	SMSAN	Consolidar a implantação do programa, garantindo o pleno funcionamento da unidade de produção e iniciando a distribuição dos fitoterápicos na rede SUS-BH, fortalecendo a integração entre saúde, agroecologia e saberes tradicionais no município	Unidade de produção de fitoterápicos em pleno funcionamento (Status)	—

DIRETRIZ VI - PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA DE QUALIDADE E EM QUANTIDADE SUFICIENTE, COM PRIORIDADE PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA HÍDRICA E PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA E AQUICULTURA										
EIXO I DA 5ª COMSAN - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS EM BELO HORIZONTE E MINAS GERAIS										
Ações de PPAG										
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	UNIDADE DE MEDIDA DA META	META FÍSICA 2026	META FÍSICA 2027	META FÍSICA 2028	META FÍSICA 2029	EIXOS E/OU DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTA AÇÃO
84	Recuperação Ambiental de Nascentes, Brejos e Cursos d'água - Renascente BH	Recuperação e proteção de nascentes e cursos d'água com ações de plantio e educação ambiental	SMMA	SMSAN	Área recuperada	20	20	20	20	Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais - Promover a revitalização dos cursos d'água com o mapeamento constante e atualizado dos lençóis freáticos para serem destinados ao cultivo agroecológico e agricultura urbana, bem como avaliar periodicamente a água potável para monitoramento dos níveis de agrotóxicos, com divulgação para a população

DIRETRIZ VIII - MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA								E
EIXO II DA 5ª COMSAN: FORTALECIMENTO POPULAR E COMUNITÁRIO NAS POLÍTICAS DE SAN E FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS MUNICIPAL, ESTADUAL NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL								
AÇÕES SUPLEMENTARES								
Nº	AÇÃO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	PARCEIROS	ETAI	INDICADORES	EIXOS E/OU DELIBERAÇÕES DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN QUE CONVERGEM COM ESTA AÇÃO	
87	Garantia de Pleno Funcionamento das Instâncias de Gestão Colegiada e Controle Social da PMSAN	Suporte administrativo e financeiro para funcionamento da CAISAN, COMUSAN e CAE	SMSAN	CAISAN-BH	Assegurar, ao longo de toda a vigência do plano, o suporte administrativo, financeiro e operacional necessário para o pleno funcionamento do COMUSAN-BH e do CAE-BH, viabilizando a execução de seus planos de trabalho e o pleno exercício de suas atribuições legais de controle social, pilar fundamental do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	Garantia do suporte administrativo e operacional aos conselhos (Sim/Não)	Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	
88	Elaboração do relatório de monitoramento do Plamsan pela Caisan	Elaboração periódica de relatórios técnicos de acompanhamento da execução do Plano Municipal	SMSAN		Processo permanente de acompanhamento e monitoramento do Plano	Processo de monitoramento do PLAMSAN pela CAISAN ativo (Sim/Não)	Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	
89	Monitoramento do Plamsan pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-BH)	Acompanhamento e controle social da política de SAN através de comissões e visitas técnicas	COMUSAN	CAISAN-BH	Assegurar a execução contínua dos mecanismos de acompanhamento definidos pelo Conselho	Execução dos mecanismos de acompanhamento pelo Conselho (Sim/Não)	Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	
90	Implementação do Orçamento Temático de Segurança Alimentar e Nutricional (OT-SAN)	Institucionalização do orçamento temático para monitorar recursos destinados à segurança alimentar	SMSAN	SMPOG, COMUSAN	Concluir os processos de validação institucional necessários para que o OT-SAN seja formalmente incluído nos instrumentos de planejamento orçamentário do município, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), consolidando-o como um mecanismo de monitoramento para a gestão e para a sociedade.	OT-SAN incluído formalmente nos instrumentos orçamentários (LDO/LOA)	Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	
91	Implementação do Painel Intersetorial de Vigilância e Monitoramento da Insegurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte	Desenvolvimento de ferramenta tecnológica para integração e análise de dados de insegurança alimentar	SMSAN	SUASS/SMASDH, SMSA, PRODABEL /SMPU	Desenvolver, implementar e consolidar o painel como uma ferramenta estratégica para a gestão intersetorial das políticas públicas na cidade	Painel de dados implementado e disponível para gestão (Status)	Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	
92	Boletins sobre a situação alimentar e nutricional da população e ações realizadas no município elaborados, produzidos e divulgados	Publicação de análises e diagnósticos sobre a situação alimentar e nutricional da população	SMSA	SMSAN	Produção de um boletim para cada ano de vigência do Plano	Número de boletins de análise da situação alimentar e nutricional produzidos	Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	
93	Implantação da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) na Rede SUS-BH	Implantação da TRIA para identificação de risco de insegurança alimentar na rede SUS-BH	SMSA	SMSAN, SMADH	Implantação da TRIA na rede SUS-BH no ano de 2026	Protocolo TRIA implantado na rede SUS-BH (Sim/Não)	Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	





As visões de futuro representam estratégias e debates que a gestão municipal, em diálogo com a sociedade civil, deseja aprofundar durante a vigência deste plano. Foram agrupadas nas seguintes temáticas:

1. Implementar iniciativas que mapeiem o abastecimento alimentar no município:

Estabelecer iniciativas intersetoriais visando ampliar o conhecimento da produção de alimentos distribuídos, comercializados e consumidos em Belo Horizonte que possam contribuir com estratégias que orientem as políticas públicas relacionadas ao abastecimento alimentar no município.

2. Construir estratégias de identificação das famílias em Insegurança Alimentar Grave - IAG:

O Brasil e Belo Horizonte saíram do Mapa da Fome recentemente, contudo, ainda há famílias que continuam em IAG, sendo necessária a construção de mecanismos e estratégias, necessariamente intersetoriais, que visem identificar essas famílias, acolhê-las e incluí-las em programas de acesso à alimentação saudável para superar essa condição.

3. Aprofundar a Inclusão de Públicos Prioritários e a Equidade no Acesso:

Avançar na construção de uma política de segurança alimentar cada vez mais inclusiva e sensível às necessidades dos públicos prioritários. Esta visão orienta a busca contínua por estratégias para qualificar e desburocratizar o acesso aos serviços para a população em situação de rua; para ampliar a gratuidade em equipamentos como os Restaurantes Populares para beneficiários de outras políticas sociais; e para aprimorar continuamente a adequação dos programas de SAN às especificidades culturais e alimentares de Povos e Comunidades Tradicionais.



7

Metodologia de Monitoramento



O monitoramento do III PLAMSAN é um processo contínuo de verificação e avaliação do cumprimento das metas e da execução orçamentária, visando subsidiar a tomada de decisões e o aprimoramento da política. Essa responsabilidade é compartilhada entre a gestão municipal e o COMUSAN-BH, que desenvolve o controle social, cada um atuando sob sua perspectiva.

No âmbito da gestão municipal há uma série de instrumentos de planejamento governamental que objetivam direcionar os esforços do governo em prol do desenvolvimento da cidade com impacto positivo sobre a vida da população. Para garantir a efetividade desses instrumentos, há o cuidado da articulação entre eles e a realização de processos de monitoramento contínuo com vistas ao alcance dos resultados pretendidos. A Agenda de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é o eixo organizador de todos os instrumentos de planejamento governamental.

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) é um instrumento de planejamento de médio prazo, que explicita diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidas no horizonte de 4 anos, compreendidos entre o 2º ano de um governo e o 1º ano do governo seguinte. Ele define os recursos necessários à sua implementação norteando quais são os investimentos prioritários para os projetos de desenvolvimento da cidade dentro do seu horizonte temporal. O PPAG é revisado anualmente compreendendo a necessidade de adaptação e flexibilidade do instrumento para a sua eficiência. Os processos de execução física e orçamentária são monitorados de forma constante, com o lançamento bimestral dos dados pelas áreas em sistemas próprios da gestão, apresentação quadrimestral de relatório para a Câmara Municipal e demais órgãos de controle e disponibilização das informações de forma pública no Portal da Transparência da PBH.

O Plano de Metas, Previsto no art. 108-A da Lei Orgânica do Município, traduz de forma clara os compromissos assumidos pela gestão municipal por meio de um elenco de metas, definindo um conjunto de ações para enfrentar os desafios identificados, organizadas em 10 áreas de resultado (Saúde; Educação; Assistência Social, Segurança Alimentar e Esportes; Segurança; Cultura; Desenvolvimento Econômico e Turismo; Mobilidade Urbana; Sustentabilidade Ambiental; Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano; Atendimento ao Cidadão e melhoria da Gestão Pública).

O Plano de Metas é um instrumento de planejamento e gestão que amplia a transparência e o controle social dado acesso a ele por qualquer cidadão

e a garantia da publicidade dos seus processos de monitoramento. Em conformidade com o disposto na Lei Orgânica, o Plano de Metas é elaborado no início de uma nova gestão delineando os objetivos estratégicos, os resultados esperados, as principais políticas e os produtos concretos a serem entregues à população por esse governo ao longo do seu mandato. Apesar da não coincidência dos períodos totais de vigência das duas peças, o Plano de Metas e o PPAG devem possuir a máxima coerência entre suas ações.

Os Projetos Transformadores são o conjunto de iniciativas estratégicas definidas pela gestão municipal, as quais expressam prioridades máximas do governo que devem ser concretizadas por meio de uma estrutura integrada de entregas que, ao melhorarem os serviços públicos, fortalecerem as capacidades institucionais e promover impactos sociais positivos, terão a capacidade de transformar o município. Para tanto, os projetos transformadores estão organizados em torno de objetivos claros, metas definidas e acompanhamento sistemático e alinham-se ao PPAG, sendo incorporados como programas, com ações intersetoriais e transversais, o que garante sua execução física e financeira. A coordenação das atividades inerentes ao planejamento governamental e ao monitoramento dos instrumentos acima mencionados são de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG).

Ainda no âmbito da SMSAN ocorre a elaboração do Planejamento Estratégico e Participativo (PEP) e seu monitoramento é realizado por meio de reuniões estratégicas entre a Assessoria de Planejamento e Gestão da Informação (ASPG/SMSAN) e diretores, gerentes e coordenadores, e alinhamento estratégico junto ao gabinete da SMSAN.

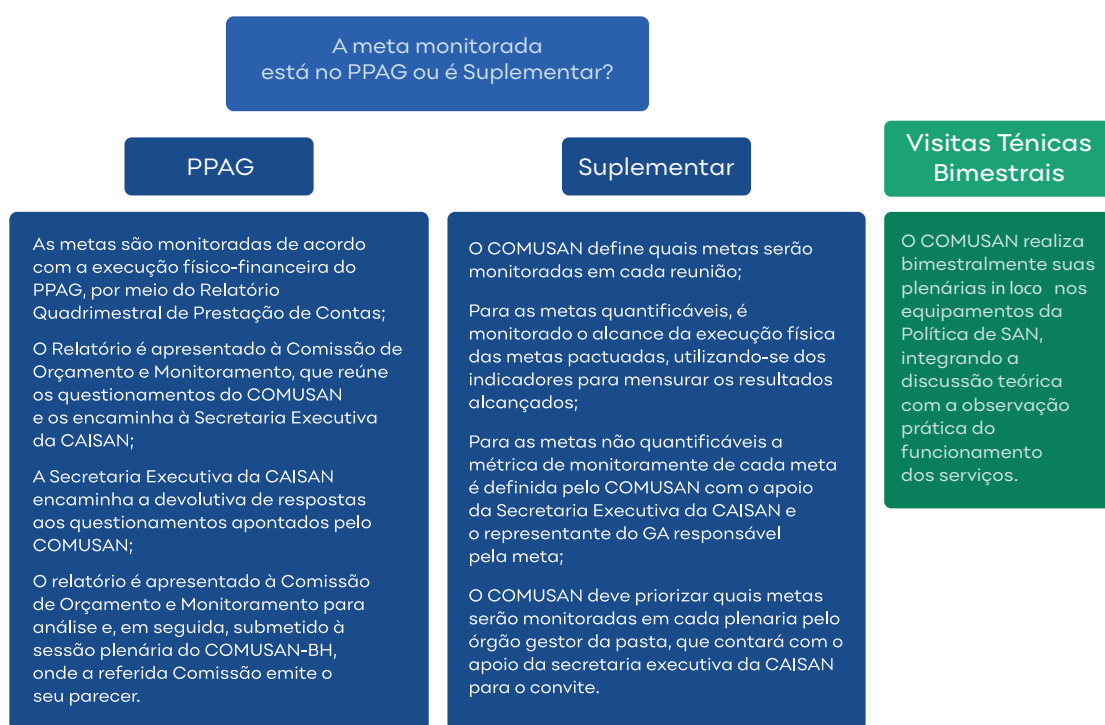
Para o monitoramento do cumprimento das metas do Plamsan 2026-2029, deve-se considerar, primeiramente, o tipo da meta. Para as metas previstas no PPAG, o monitoramento será realizado a partir do relatório físico-orçamentário quadrimestral de prestação de contas. Já para as metas suplementares, o COMUSAN-BH deverá definir quais as metas suplementares prioritárias no monitoramento anual para que a Caisan possa organizar uma apresentação apropriada do monitoramento dessas metas, com o suporte e apoio do representante do GA.

Além das metas PPAG e Suplementares, o monitoramento do III PLAMSAN será fortalecido pela implementação do Orçamento Temático de Segurança Alimentar e Nutricional (OT-SAN). Trata-se de uma poderosa ferramenta de transparência e controle social, cuja metodologia permite verificar e analisar todo o montante de recursos que o município destina, direta ou indiretamente, à pauta de SAN. Sua apuração, coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), com o apoio da SMSAN, foi construída a partir de um levantamento detalhado junto a diversas áreas da gestão municipal para a definição das ações e a atribuição de seus respectivos pesos orçamentários, de acordo com seu impacto na segurança alimentar, permitindo um diagnóstico preciso do investimento público total na área.

O instrumento será pactuado em sessão plenária do COMUSAN-BH e, após essa validação, a partir de sua plena institucionalização, o monitoramento do Orçamento Temático de SAN passará a ser parte integrante do Relatório de Execução Físico-Orçamentária, sendo apresentado quadrimestralmente ao Conselho junto às demais metas do plano.

O fluxograma de monitoramento proposto para o PLAMSAN 2026-2029 pode ser visualizado abaixo:

Fluxograma 1 - Monitoramento das metas do PLAMSAN 2026-2029



Revisão Anual do Plano:

Para garantir que o PLAMSAN 2026-2029 permaneça um instrumento dinâmico e alinhado às realidades orçamentárias e de gestão do município, o plano prevê um mecanismo de revisão anual de suas metas.

Anualmente, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-BH), em diálogo com o Conselho Municipal (COMUSAN-BH), promoverá um processo de revisão da matriz de ações e metas (Capítulo 5). O objetivo desta revisão é:

- a) Alinhar as metas do PLAMSAN às eventuais alterações e prioridades definidas na revisão anual do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG);
- b) Incorporar novas metas suplementares que possam surgir a partir de novas demandas sociais, deliberações do controle social ou novas iniciativas da gestão;
- c) Ajustar indicadores e projeções com base nos resultados já alcançados e nos desafios identificados no processo de monitoramento contínuo.



Cesta nas Férias

8

Anexos



Anexo I - Deliberações da 5ª COMSAN correlacionadas às diretrizes da PNSAN

Eixo I - Produção de Alimentos Saudáveis em Belo Horizonte e Minas Gerais		Diretriz PNSAN
1	Fortalecer a execução da política municipal de apoio à agricultura urbana, por meio da garantia de recursos e especialmente por meio da ampliação do quadro técnico multidisciplinar efetivo.	II
2	Estimular técnicas de cultivos em espaços alternativos gerenciados por guardiões/ões do seguimento de povos originários e comunidades tradicionais, dentre outros, assegurando a preservação do legado das sementes crioulas, com regulação e controle compartilhados pela legislação patrimonial.	IV
3	Promover a revitalização dos cursos d'água com o mapeamento constante e atualizado dos lençóis freáticos para serem destinados ao cultivo agroecológico e agricultura urbana, bem como avaliar periodicamente a água potável para monitoramento dos níveis de agrotóxicos, com divulgação para a população.	VI
4	Ampliar a educação para o consumo de alimentos agroecológicos em espaços públicos, especialmente nas escolas municipais e estaduais, em diálogo com a SMED da PBH, com distribuição de insumos e ferramentas e potencializar espaços de intercâmbio de saberes, técnicas e problemáticas entre agricultores urbanos.	III
5	Potencializar e priorizar a agroecologia na organização e funcionamento dos CEVAEs, abrangendo mais famílias e unidades produtivas para receber insumos e ferramentas, conforme critérios de vulnerabilidade e/ou cultivo familiar no próprio domicílio, em modelo de co-gestão entre SUSAN e FPMZB (Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica).	II
6	Buscar recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano e outros para implantação e manutenção de unidades produtivas, quando localizadas em áreas demarcadas como centralidades pela Lei 11181/2019 do Município de Belo Horizonte.	II
7	Criar um comitê de acompanhamento da implementação das ações aprovadas nesta V Conferência de SAN de Belo Horizonte, assegurando que sejam aplicadas e mantidas, tornando-se política de estado, e não de governo.	VIII

Eixo II - Fortalecimento popular e comunitário nas Políticas de SAN e Fortalecimento dos Sistema Municipal, Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional		
1	Descentralizar a política de segurança alimentar e nutricional para garantir a efetividade de implementação de equipamentos e de programas de SAN e agroecologia, além de criar unidades de gestão descentralizadas de SAN e ampliar a capacidade institucional e dos números de trabalhadores para política de SAN.	VIII
2	Estabelecer e fortalecer mecanismos de monitoramento participativo, nos quais a população possa acompanhar e avaliar a implementação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo a criação de espaços, veículos de prestação de contas e a coleta de parecer dos cidadãos sobre as ações e políticas implementadas.	VIII
3	Garantir o financiamento das políticas de segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal.	VIII
4	Garantir a articulação entre os grupos comunitários e movimentos que dialogam sobre SAN com a instância e controle social (COMUSAN-BH).	VIII
5	Criar e garantir a execução de plano de formação permanente para os membros de espaço de participação social.	III
6	Garantir acessibilidade comunicacional, linguagem simples e interface amigável nas estratégias de comunicação de Segurança Alimentar e Nutricional.	III
7	Implantação de medidas de equidade racial e de gênero nos espaços de participação social.	IV

Eixo III - Combate à fome e à miséria como Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequadas (DHAA) e Inclusão Social		
1	Implantar unidades de alimentação popular nos territórios, preferencialmente cozinhas comunitárias.	I
2	Aumentar a cobertura de famílias beneficiárias com maior agilidade na inclusão, com critérios contemplados na Lei 11.193/2019, além de ajustar o valor do subsídio financeiro do Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial (PAAN), garantindo a ampliação da rede credenciada incluindo os equipamentos de produção e comercialização da política de SAN.	I
3	Qualificar e ampliar os serviços de alimentação para população em situação de rua: melhorar o atendimento reduzindo o tempo de espera nas filas, oferecer as três refeições (café da manhã, almoço e jantar) em todas as unidades, manter acesso gratuito aos restaurantes populares para pessoas que estão utilizando a moradia social, implantar pontos de distribuição de alimentação e/ou ampliar o horário noturno com foco no público de catadores de material reciclável.	I
4	Assegurar recursos orçamentários para apoiar as cozinhas solidárias e redes de alimentação existentes na cidade	I

Anexo II - Eixos da 5ª COMSAN correlacionados às diretrizes da PNSAN	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Match
Diretriz I - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	0	0	4	Eixo III
Diretriz II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.	3	0	0	Eixo I
Diretriz III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.	1	2	0	Eixo II
Diretriz IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007.	1	1	0	Eixo II
Diretriz V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.	0	0	0	Eixo III
Diretriz VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.	1	0	0	Eixo I
Diretriz VII - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da lei nº 11.346, de 2006.	0	0	0	Eixo III
Diretriz VIII - Monitoramento da realização do DHAA.	1	4	0	Eixo II



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Orientações para elaboração de Planos de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: MDS, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2025-2027)**. Brasília, DF: CAISAN, 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte 2022-2025**. Belo Horizonte: CAISAN-BH/COMUSAN, 2022.

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, n. 4, 2021.

FERREIRA, K. M. da S. et al. Interseccionalidade e insegurança alimentar em favelas de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, e00095724, 2025.

HONÓRIO, O. S.; MENDES, L. L.; HOLANDA, H. S. B. de; ARAÚJO, M. L.; PESSOA, M. C. Pandemia de Covid-19: efeitos no ambiente alimentar de varejo em três cidades da região metropolitana de Belo Horizonte. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, e66672, 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Relatório ODS de Belo Horizonte 2022: Fome Zero e Agricultura Sustentável**. Belo Horizonte: PBH, 2022.

HONÓRIO, O. S. **Desertos e Pântanos Alimentares em uma Metrópole Brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mapeamento dos Desertos e Pântanos Alimentares: principais achados**. Brasília, DF: SESAN/MDS, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Rendimento de todas as fontes 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LAZZAROTTI, B. **A dinâmica recente da pobreza e extrema pobreza em Minas Gerais**. Nota técnica. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança alimentar 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo: DIEESE, 2016–2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Salário Mínimo Necessário**. São Paulo: DIEESE, 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **IPCA Alimentos - Janeiro 2025**. Brasília, DF: SPE/MF, fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Regional Overview of Food Security and Nutrition in Latin America and the Caribbean 2024**. Santiago: FAO, 2024.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Saúde. **Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para Belo Horizonte: Consolidados de 2022, 2023 e 2024**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. Agência de Notícias do IBGE, 25 abr. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40197-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>>.

JESUS, J. G. de; HOFFMANN, R. Insegurança alimentar no Brasil e relação com a pobreza e outros condicionantes, 2004 a 2023. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 31, e024010, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v31i00.8678004>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8678004>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>>.

BELO HORIZONTE (Município). **Dados Abertos: População e Domicílio por Regional: Censo 2022**. Belo Horizonte: PBH, 2024. Disponível em: <<https://dados.pbh.gov.br/dataset/populacao-e-domicilio-por-regional-2022>>.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome. **CADINSAN: Indicador de Risco de Insegurança Alimentar Municipal a partir dos Dados do CadÚnico**. Brasília, DF: MDS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/Relatorio_CadINSAN.pdf>.

MOREIRA, T. M. L. **Mobilidade populacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte nas décadas de 1990 e 2000**. 2024. 177 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/79221>>.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável, com soberania e segurança alimentar**. Brasília, DF: CONSEA, 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf>.

COMUSAN
Conselho de Segurança
Alimentar e Nutricional
de Belo Horizonte

 **CAISAN-BH**
Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar
e Nutricional de Belo Horizonte

**Segurança
Alimentar e
Nutricional**



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA DO POVO

AQUI O TRABALHO NÃO PARA